

Diário do Legislativo de 14/04/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 359ª Reunião Ordinária

1.2 - 81ª Reunião Especial

1.3 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 359ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 8/4/98

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz e Elmo Braz

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.690 e 1.691/98 - Requerimentos nºs 2.551 a 2.553/98 - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Marcelo Gonçalves, Elmo Braz, Wilson Pires, Maria José Hauelsen, Raul Lima Neto e Ivo José - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior - Alvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Aduino - Anivaldo Coelho - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Benê Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Ermano Batista - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Henrique - José Maria Barros - Luiz Fernando Faria - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Pérciles Ferreira - Raul Lima Neto - Ronaldo Vasconcellos - Wilson Pires - Wilson Trópia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Marcelo Gonçalves, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Elmo Braz, 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Cristóbal R. Orozco, Cônsul-Geral dos Estados Unidos, agradecendo a acolhida que teve por ocasião de sua visita a esta Casa.

Do Sr. Antônio Aureliano Sanches de Mendonça, Secretário de Transportes e Obras Públicas, comunicando a impossibilidade de seu comparecimento a reunião para a qual foi convidado. (- À Comissão de Transportes.)

Do Sr. Luiz Antônio Ribeiro, Presidente da Comissão Permanente de Bingo da Secretaria da Fazenda, encaminhando, em atendimento a solicitação da CPI dos Bingos, relatórios relativos aos sorteios por ela autorizados. (- À CPI dos Bingos.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado Elmo Braz) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.690/98

Declara de utilidade pública a Banda Filarmônica Edmundo Araújo, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Banda Filarmônica Edmundo Araújo, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de abril de 1998.

Gil Pereira

Justificação: A referida entidade é uma organização civil, sem fins lucrativos, a qual participa de eventos religiosos, folclóricos e sociais, buscando, ainda, abrihntar reuniões de caráter cívico e cultural do município e de toda a região norte-mineira.

Com o objetivo de perpetuar uma tradição milenar, a Banda vem resistindo bravamente à invasão do som eletrônico, tão comum em nossos dias, procurando resgatar a beleza singela dessa manifestação popular, tão cara aos nossos municípios do interior.

Dessa forma, conto com o apoio dos nossos pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.691/98

Declara de utilidade pública a Associação Amigos do Bairro Cansanção - AABC -, com sede no Município de Salto da Divisa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos do Bairro Cansanção - AABC -, com sede no Município de Salto da Divisa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1998.

Maria José Haueisen

Justificação: A Associação Amigos do Bairro Cansação - AABC -, de Salto da Divisa, fundada em 27/12/81, é sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como fim precípuo o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade.

Seu estatuto determina que ajude e ampare os menos favorecidos, possibilitando-lhes fazer valer seus direitos sociais. Para tanto, luta para combater a fome e a pobreza, protege a gestante e o idoso carente, entendendo que a saúde é o maior dos bens.

Além dos prestimosos serviços oferecidos à coletividade, é importante ressaltar que a entidade é regida por estatuto próprio, funciona há mais de dois anos e sua diretoria é composta por pessoas idôneas, não remuneradas pelo trabalho que desempenham, conforme atesta o Juiz de Direito da comarca.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.551/98, da Comissão de Saúde, solicitando seja formulado apelo ao Ministro da Saúde com vistas a que determine a liberação de recursos do REFORSUS, para o término das obras do Hospital Antônio Dias Maciel, no Município de Patos de Minas. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 2.552/98, do Deputado Dinis Pinheiro, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da COPASA-MG com vistas à suspensão do convênio firmado com o Município de Ibitité, para que a cobrança da taxa de lixo fosse feita junto com a da taxa de água. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 2.553/98, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com a Empresa Helicópteros do Brasil S.A. - HELIBRÁS - pelos seus 20 anos de fundação. (- À Comissão de Turismo.)

Oradores Inscritos

- Os Deputados Marcelo Gonçalves, Elmo Braz, Wilson Pires, Maria José Haueisen, Raul Lima Neto e Ivo José proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Ronaldo Vasconcellos - Sr. Presidente, V. Exa. pode verificar, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos. Não temos "quorum" nem para discussão dos projetos em pauta. Solicito ao ilustre Presidente que encerre, de plano, a reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 13, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 81ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 2/4/98

Presidência do Deputado Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Designação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Miguel Martini - Palavras de Dom Luciano Mendes de Almeida - Palavras do Sr. Presidente - Entrega de pergaminho - Palavras do Padre Judas Tadeu Vivas - Apresentação do Coral Júlia Pardini - Apresentação de depoimentos - Apresentação do Coral Júlia Pardini - Palavras de Dom Serafim Fernandes de Araújo - Bênção final - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Elmo Braz - Ivo José - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Ermano Batista - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Jorge Hannas - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Maria José Haueisen - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wilson Trópia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Às 20h13min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Ronaldo Vasconcellos, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Designação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência designa os Deputados José Henrique e Adelmo Carneiro Leão para, em comissão, conduzirem ao Plenário o homenageado, que se encontra no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa V. Ema. Dom Serafim Fernandes de Araújo, Cardeal Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, que, com muita honra, veio receber as homenagens que lhes são prestadas por esta Casa Legislativa; o Deputado Octávio Elísio, Secretário de Minas e Energia, representando o Governador do

Estado, Dr. Eduardo Azeredo; o Desembargador Lúcio Urbano, Presidente do Tribunal de Justiça; o Deputado Federal Osmânio Pereira; Paulo Lott, Secretário Municipal de Governo, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo da Arquidiocese de Mariana; Juiz Tarcísio de Almeida Melo, representando o Tribunal de Alçada; Prof. Aluísio Pimenta, Magnífico Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais; Pe. Geraldo Magela Teixeira, Magnífico Reitor da PUC-MG; Geraldo Coelho de Jesus, Prefeito Municipal de Minas Novas.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se a reunião a homenagear Dom Serafim Fernandes de Araújo por sua investidura cardinalícia.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, a ser executado pelo Coral Júlia Pardini.

Palavras do Deputado Miguel Martini

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Miguel Martini, autor do requerimento que suscitou a realização desta homenagem.

O Deputado Miguel Martini - Exmo. Sr. Deputado Dilzon Melo, no exercício da Presidência da Assembléia Legislativa; V. Ema. Dom Serafim Fernandes de Araújo, Cardeal Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte; Exmos. Srs. Deputado Octávio Elísio, Secretário de Minas e Energia, representando o Governador do Estado, Eduardo Azeredo; Desembargador Lúcio Urbano, Presidente do Tribunal de Justiça; Deputado Federal Osmânio Pereira; Paulo Lott, Secretário Municipal, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo da Arquidiocese de Mariana; Juiz José Tarcísio de Almeida Melo, representando o Tribunal de Alçada; Prof. Aluísio Pimenta, Magnífico Reitor da UEMG; Pe. Geraldo Magela Teixeira, Magnífico Reitor da PUC-MG, Geraldo Coelho de Jesus, Prefeito Municipal de Minas Novas; sacerdotes, Deputados, minhas senhoras e meus senhores; pelos frutos se conhece a árvore. Os resultados dos quase 40 anos da ação pastoral de Dom Serafim em Belo Horizonte falam por si mesmos. A vitalidade da Igreja Católica na Capital de Minas, seu vigor missionário e seu compromisso com a mensagem evangélica traduzem-se em iniciativas de real importância não só para os fiéis, mas para toda a comunidade mineira.

Pastor zeloso, Dom Serafim lançou, em 1990, o projeto Construir a Esperança. Ele visava à melhoria da qualidade da prática católica, adequando-a às exigências dos tempos atuais. Objetivava, ainda, transformar cada fiel em um apóstolo capaz de levar aos outros a Palavra de Deus. A proposta antecipou-se às diretrizes do Papa aos cristãos, neste limiar de milênio; foi tomada como modelo por diversas dioceses e inspirou iniciativa semelhante, adotada no âmbito da CNBB.

Solidário com a situação das minorias, dos pobres e dos sofredores, ele é a alma das diversas pastorais arquidiocesanas, entre as quais se destacam aquelas voltadas mais diretamente para o social. Nelas, as bem-aventuranças ganham carne sob a forma de uma ação efetiva em prol dos menores, dos enfermos, dos perseguidos, dos encarcerados, da mulher marginalizada e contra todas as formas de discriminação. Como Deputado, cidadão e católico, sentimos de perto essa ação ao acompanhar a atuação extraordinária da Igreja de Belo Horizonte, na CPI do Sistema Carcerário, de que fomos integrantes. Motivada pela Campanha da Fraternidade de 1997, a arquidiocese foi a grande inspiradora da comissão, cujos trabalhos ajudou a dinamizar.

Em 25 de fevereiro último, foi lançada, em âmbito nacional, a Campanha da Fraternidade de 1998, com o tema "Fraternidade e Educação: a Serviço da Vida e da Esperança". Há muito, o apelo da campanha é vivenciado pela Igreja da Capital mineira.

Quando o novo Cardeal, que já foi chamado de Cardeal do Povo, afirma que ajudou a educar Belo Horizonte, ele o faz com a simplicidade de quem enuncia a verdade. A PUC-MG, o Sistema Arquidiocesano de Ensino e a Fundação Dom Cabral vêm preparando gerações de líderes e de profissionais que trazem a uma sociedade marcada pela competição e pela frieza das leis de mercado as lições e o exemplo da autêntica prática cristã.

Homem atento às possibilidades do mundo moderno, para colocá-las a serviço dos planos do Pai, Dom Serafim percebeu logo o potencial da mídia como instrumento de evangelização. Hoje, três emissoras de rádio e uma de televisão levam aos lares a mensagem religiosa junto com uma programação atraente, diversificada, sadia e instrutiva. A elas junta-se o "Jornal de Opinião", como veículo eficaz de informação e formação dos cristãos.

Esses são alguns dos frutos - seria impossível mencionar todos - de nossa Igreja arquidiocesana: árvore frondosa e fecunda cujo cerne se reveste hoje, merecidamente, da púrpura cardinalícia.

Se o olhar busca além do Cardeal, vamos encontrar o pastor, o missionário, o educador e o profeta da comunicação. Vamos encontrar o espírito profundamente comprometido com a realidade deste fim de século, espírito que sabe como ninguém situar o papel da comunidade eclesial num tempo difícil de desafios e esperanças. Ao tratar a questão, afirmou, categoricamente: "As perspectivas da Igreja são as perspectivas do mundo. O que a gente pensa é em um novo milênio mais justo, mais fraterno, mais samaritano, onde exista mais solidariedade, respeito pelas pessoas e pela dignidade humana".

Pluralismo e ecumenismo compõem o caráter de nosso homenageado. Progressista ou conservador são rótulos que para ele nada significam. Muito além das aparências que sugerem divisão, aponta para a unidade essencial que deve prevalecer entre os cristãos, unidade que encontra na diversidade dos carismas a riqueza incomparável de uma instituição que foi fundada para ser as primícias do céu na terra. Por amor ao rebanho, fez-se artífice da conciliação e do diálogo. Sua voz faz-se ouvir no seio da Igreja como a manifestação do equilíbrio, do realismo e da serenidade.

O olhar que busca além do Cardeal encontrará também o mineiro de Minas Novas, filho de família grande, provado nas dificuldades e nos desafios, amadurecido na convivência amorosa com os pais e os irmãos. Encontrará o coração imenso em que cabe mais de um milhão de amigos, um milhão de irmãos que compartilham as alegrias e as responsabilidades que vêm junto com a nova dignidade. O espírito simples, solidário, é capaz de viver em comunhão profunda com os sentimentos de sua gente: "Quando o Atlético entra em campo, sinto uma coisa que parece não ser de bispo, que é uma emoção muito grande. São alegrias e tristezas como as experimentadas pelo povo simples".

Há, entretanto, uma torcida que junta todas as outras, unindo, na única fé, uma profusão de cores: é a Torcida de Deus, acontecimento extraordinário que supera o entusiasmo dos grandes clássicos. Nela se manifesta o zelo pastoral de Dom Serafim, zelo capaz de fazer de todas as oportunidades ocasiões de prece e conversão.

Por tudo isso, nós, mineiros de todos os cantos e de todas as creanças, com a alma exultante de alegria, abraçamos o amigo que, por seus méritos, se tornou Cardeal. Que a mesma vontade de servir que lhe tem inspirado a vida transborde sobre nós para que, com ele, nos façamos também servos do Altíssimo.

Palavras de Dom Luciano Mendes de Almeida

O Sr. Presidente - Com a palavra, Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo Arquidiocesano de Mariana.

Dom Luciano Mendes de Almeida - Exmo. Sr. Deputado Dilzon Melo, Presidente em exercício desta Casa, meu caro Dom Serafim, demais companheiros de Mesa e amigos presentes, nesta sala, nesta noite, Dom Serafim, o senhor reúne a todos. Estamos aqui felizes, mais uma vez, nessa seqüência de encontros que vêm sendo realizados, desde que tivemos a notícia de sua nomeação pelo Santo Padre, desde que acompanhamos, na medida do possível, aquelas datas de 20 e 21 de fevereiro; a sua volta a esta cidade, no dia 28 de fevereiro; a celebração tão bonita do dia 1º de março; a recente ordenação de Presbíteros, por ocasião da comemoração dos 75 anos de Seminário, dia 14 de março; hoje, com muita alegria nossa, a presença de Dom Serafim, em Mariana, no encontro com os padres seminaristas que muito nos alegrou.

Gostaria de agradecer publicamente. Todos esses eventos são uma espécie de repercussão em nosso coração da alegria de tê-lo assim, Dom Serafim, em nosso meio, mas intensamente ligado ao Santo Padre, ligação que sempre existiu, mas que se tornou pública, notória, conhecida assim do mundo inteiro.

Ouvimos aqui, há pouco, uma apresentação tão bela do trabalho de Dom Serafim à frente desta arquidiocese, completando quase 40 anos de serviço aqui. Mas podemos passar como em um filme, mais uma vez, cada um vai se recordando das emoções, das visões que o afeto inspira, Minas Novas, Itamarandiba, Diamantina, Roma, Gouveia, Curvelo, Belo Horizonte, Brasília, Santo Domingo, Roma, de novo, e aqui, esta Casa, que representa o povo do nosso Estado.

Esses nomes suscitam muitas imagens. Cada um de nós vai se lembrar do dia em que conheceu Dom Serafim, do dia em que pôde conversar mais com ele, do dia em que pôde ouvi-lo pregar. São todas emoções que se somam neste momento.

Dom Serafim, eu queria sublinhar com muita fraternidade aquilo que hoje penso que está no seu coração. No seu coração está Jesus Cristo, a quem o senhor sempre ajudou seus irmãos a amar no ministério episcopal. Tive a alegria de, muitas vezes, estar ao lado de Dom Serafim, especialmente nos anos em que, juntos, servimos à CNBB. Quantas vezes, no meio das reuniões, no momento em que precisávamos ouvir uma palavra que nos animasse, Dom Serafim lembrava a presença de Jesus Cristo entre nós. No seu coração, Dom Serafim, quem está é o próprio Cristo, que inspira esses momentos mais profundos de afeto, esta fé, a idéia tão bonita do Projeto Construir a Esperança. Tudo isso nasce do amor pessoal de Jesus Cristo a Dom Serafim e de Dom Serafim a Jesus Cristo. Estou ainda lembrado de quando os Bispos nos reunimos em Roma, há vários anos, e, naquela oportunidade, quem sabe o senhor se lembra, os Bispos diziam ao Papa: "Santidade, está faltando um Cardeal em Minas". E o Santo Padre, com aquela simplicidade que marca a transparência da sua vida, dizia: "É, está faltando um cardeal". E bateu no ombro de Dom Serafim. Vários anos são passados desde aquele gesto amigo, que provocou a satisfação de todos, ao percebermos como o Santo Padre captou o desejo dos seus irmãos. Assim é a realidade que hoje constrói como mais importante, esse momento de profundidade na vida de Dom Serafim, quando ele se encontra na sua oração com o próprio Cristo. Daí, percebemos que parte também, dentro do coração de Dom Serafim, a compreensão nossa de tudo o que povoou esse coração. Em primeiro lugar, a família. Coisa tão bonita é a família de Dom Serafim. Dom Serafim, o senhor sabe que hoje a família passa por situações tão difíceis, pessoas que se casam e se separam, crianças sem pais, às vezes até famílias maiores, que não se encontram. Quando pensamos no senhor seu pai, na senhora sua mãe, na sua família bonita - 16 filhos -, em todos aqueles que hoje vibram com o senhor, a seu lado, seus 13 irmãos - 4 irmãos e 9 irmãs -, na família que cresceu, na alegria daqueles sobrinhos que o receberam com a faixa, quando o senhor desceu do avião aqui na Pampulha. Tudo isso é família, que soube estreitar os laços do carinho, da amizade e da fé. Desse modo, creio que, no seu coração, o senhor guarda todos pelo nome e acolhe cada um. Uma vez, pedi um conselho a Dom Serafim, diante de uma situação de família, e ele me disse assim - não sei se o senhor se lembra: "Eu rezo por todos e fico esperando a visita daquele que precisa e, na hora, eu ajudo", como se dissesse: não dá para fazer tudo, mas estou de plantão. Estou assim quase que sempre disposto a dizer uma palavra, a encorajar, a partilhar o meu sentimento, no momento em que a alegria é muito grande ou o sofrimento. Em seu coração, mora essa família querida, todos nós, mas mora também o povo, como uma grande família. Não sei onde se estabeleceu o limite entre aqueles que Dom Serafim ama como membro de sua família, na qual nasceu, e aqueles que ele ama como membros dessa outra família, da qual Deus quis que fosse, tão cedo, muito cedo, Bispo, protetor, eu diria, esse operário da esperança. Quanta gente pertence à vida de Dom Serafim? A quantos ele pode estender essa experiência de quem se sente ligado pelo amor de família. Dom Serafim, o senhor viu esse povo, com tanto carinho, comparecer às ruas e acompanhar pela televisão os fatos. Muitos acompanharam esses fatos, sendo, inclusive, evento raríssimo o fato de uma celebração de Roma ter tanta repercussão nas casas de nosso povo. "Você viu? Eu vi. O Dom Serafim estava lá. Estava ali, do lado." Todos seguiam, naquele dia 21, o que ia acontecendo na grande Praça de São Pedro, em Roma. Assim como o senhor guarda tantos em seu coração, o senhor sabe que mora também no nosso coração. Nós lhe queremos muito bem. Eu, de modo especial, posso dar aqui um testemunho, agradecer o convite que me fizeram para poder usar a palavra. Em 1990, entre a vida e a morte, Dom Serafim foi buscar médicos: era sexta-feira da semana que precedia o carnaval, e ele salvou a minha vida, porque, naquela conjuntura, se não houvesse atendimento especializado, solicito, quase diria exagerado, eu não teria sobrevivido. Devo, é claro, a Deus, de quem vem a vida, mas devo também ao senhor, porque foi a sua atenção, dedicação e solicitude que criaram condições médicas para que eu pudesse sobreviver. O senhor sabe: a gratidão marca muito o afeto fraterno e, desde aquela época, sempre que o olhava nas reuniões, dizia: obrigado, Senhor, por essa grande amizade que marcou e marca a minha vida. Mas, justamente aqui, passando a aspecto mais pessoal, querendo eu partilhar com todos, queria chamar a atenção, como o nosso orador, que propôs essa nossa alegria da noite de hoje, para os aspectos polivalentes: Reitor durante tantos anos; Bispo mestre; homem da comunicação. Uma vez, em uma viagem, eu olhava Dom Serafim, que estava silencioso. Fazíamos uma viagem maior, e eu lhe perguntei: Dom Serafim, como o senhor divide o seu tempo? Qual a sua atividade maior? Ele me respondeu: Vou lhe dizer como faço. Sou um homem a serviço, mas dedico a maior parte do tempo à comunicação, ao rádio. Naquela época, a televisão não era tão forte como hoje, não tão disponível. Ainda hoje, está se estabelecendo a abertura desse canal para toda essa área, um canal de televisão incentivado por Dom Serafim. Naquela época, era mais o rádio. Ele dizia: gravo, penso, preparo, falo ao povo pelo rádio. A maior parte do meu ministério se traduz pela comunicação no rádio.

E ele foi também o grande idealizador desse jornal, que gostaria que crescesse mais, tão bom que é, o "Jornal de Opinião".

Dom Serafim tem, portanto, características muito fortes, mas, entre todas as que conhecemos mais de perto, queria levantar um pouquinho um acontecimento do qual fui participante. Era uma reunião muito forte, no sentido eclesial, para a Igreja na América. Era a Conferência de Santo Domingo. Todos sabem que, já naquela época, percebíamos o carinho do Papa, porque escolheu três representantes para moderar essa grande assembléia quase continental: o Secretário de Estado, Cardeal Angelo Sodano, que representava diretamente os que trabalham com o Santo Padre, em Roma; o Cardeal Primaz de toda a América, Cardeal Nicola de Jesus, Cardeal-Arcebispo de Santo Domingo, que acolhia essa reunião, e Dom Serafim. Ele foi escolhido pelo Papa para moderar essa grande assembléia, que, certo dia, entrou num impasse. O tempo era pouco, havia dificuldade de redação, e era preciso uma pessoa de grande visão. Na madrugada de um daqueles dias, logo depois da missa, foi possível encontrar Dom Serafim. Disseram-lhe: Dom Serafim, está acontecendo, em nossa reunião, um momento difícil. É importante que haja uma condução bem firme e clara. E era o dia de turno de Presidência de Dom Serafim. E assim foi: com moderação e, ao mesmo tempo, simpatia e espírito de fé, ele foi conduzindo aquela assembléia, que prosseguiu seu caminho e chegou a concluir seus trabalhos.

Em nome de seus irmãos Bispos, queria agradecer a Dom Serafim o bem que fez a todos nós naquela ocasião, mostrando, mais uma vez, como o Santo Padre acertou na sua escolha, porque era preciso alguém assim, que visse longe e, ao mesmo tempo, coordenasse e harmonizasse todo o episcopado representante da América do Sul e do Caribe, em 1992. Entre todos esses fatos e buscando sempre quem mora no coração de Dom Serafim, creio que não podíamos terminar sem dizer que é o Papa. O Papa João Paulo II disse amorosamente que Dom Serafim estava no coração dele, num gesto de abertura de seus sentimentos; tenho certeza, Dom Serafim, do carinho que tem pelo Papa, este homem excepcional, da paz, devotado ao mundo inteiro, incansável, mártir dos nossos dias; é uma pessoa que Dom Serafim, sem dúvida, mais e mais, terá presente em sua vida, oferecendo-lhe o seu serviço. Esse é o significado mais profundo do cardinalato: estar a serviço da Igreja e, concretamente, da pessoa que Jesus Cristo colocou para dirigi-la. Dom Serafim, aceitando o cardinalato, não o fez por ser seu nome mais conhecido. Aceitou sabendo que está em disponibilidade para trabalhar pela Igreja, ao lado do Papa. Isso, aliás, foi muito bem explicado nas várias publicações dos últimos tempos, que foram oferecidas para conhecimento do povo. Um assessor direto do Santo Padre. Receba a nossa gratidão, pois todos amamos o Papa e ficamos felizes sabendo que é o senhor que, em nome de tantos outros, está ao lado do Papa, para ajudá-lo, encorajá-lo, dizer a ele a palavra forte de esperança que marca todo o seu ministério episcopal.

Todo o trabalho da Igreja vai, cada vez mais, difundir-se pelas muitas atribuições que o Santo Padre a ele concede; entre essas, há duas que já são conhecidas. D. Serafim é responsável pela assessoria do Papa, do chamado Conselho da Comissão para a América Latina, cargo que já ocupava e continuará ocupando. Foi, também, escolhido, recentemente, para membro do Pontifício Conselho Justiça e Paz, quer dizer, para uma solicitude ao lado do Papa, sobre todos os grandes problemas de direitos humanos, de entrosamento dos povos, de harmonia das sociedades, das nações; foi para esse encargo que o Santo Padre o nomeou recentemente, já Cardeal D. Serafim.

Olhando para o seu coração, D. Serafim, se fosse possível nele penetrar, veríamos o grande afeto à sua família, esse afeto que cresceu, a família que aumentou no seu coração, na qual cada um de nós se coloca, especialmente essa família que é Belo Horizonte, que é Minas, que é também todo o Brasil. Encontramos nele esse grande amor à Igreja. Queria dizer ao senhor que também mora no nosso coração, quer dizer, no coração de seus irmãos Bispos, que lhe querem muito bem, seus irmãos Padres. O senhor viu a alegria deles em Mariana, acolhendo a sua presença, a sua palavra, a sua convivência com eles e com a vida consagrada. Essa é uma peculiaridade que nem todos conheceram na ocasião. D. Serafim, durante quatro anos, foi responsável, entre os Bispos, pela presença e pelo acompanhamento de toda a vida consagrada, quer dizer, as freiras, os irmãos, as religiosas; assim, entre seus irmãos, sempre foi essa presença amiga.

Hoje ouvimos uma palavra tão bonita, dizendo que ele é o cardeal do povo. Ele nos disse que fica feliz quando pode tocar a mão do povo e deixá-lo tocar sua mão. Nós gostaríamos também de tocá-lo hoje, dar-lhe um beijo e dizer: que bom ter D. Serafim como Cardeal aqui, nesse tempo tão importante para a vida da Igreja.

Palavras do Sr. Presidente

Na condição de mineiro, de que nos orgulhamos, e como Presidente da Assembléia Legislativa, grande é a emoção e não menor a alegria ao saudar nosso Príncipe da Igreja, o Cardeal D. Serafim Fernandes de Araújo.

Temos acompanhado com especial interesse a trajetória luminosa desse extraordinário coestadano de Minas Novas. Desde aquela época, não tão distante, em que passou a emprestar seu concurso ao Arcebispado belo-horizontino, pudemos constatar sua dedicação à Igreja a que se consagrou, seu empenho em perseverar nas virtudes cristãs e sua afeição incondicional a essas Minas do nosso coração.

Nascido no vale do Jequitinhonha, onde a natureza áspera molda o caráter rijo dos naturais da terra, D. Serafim fez de sua vida, desde a mais tenra idade, um exemplo para os que o cercavam. Passando pelo seminário em Diamantina, seguindo para os cursos de mestrado em Roma, voltando ao Brasil já ordenado, sua postura foi sempre aquela que nos causa tanta admiração. Não fosse outro seu apostolado modelar como Pároco em Gouveia e em Curvelo e como Arcebispo Coadjutor e Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte. Não fossem outras sua obra grandiosa à frente da PUC e a participação decisiva em todos os movimentos de relevo da Igreja Católica no Brasil, nas últimas quatro décadas.

Não nos cumpre aqui traçar os dados biográficos de nosso homenageado, embora, confessemos, isso nos seria muito grato. Desejamos apenas ressaltar a importância de que se reveste para nosso Estado sua investidura como Cardeal.

Minas Gerais sempre se notabilizou pela religiosidade de sua gente. A fé cristã está arraigada nos que aqui nascem e constitui nossa força e nossa motivação maior. Nos mais humildes povoados, nos mais distantes rincões, ergue-se sempre, altaneira, a torre daquela igreja onde se congregam os moradores. Por isso mesmo, o Pároco é figura indissociável de cada comunidade; em torno dele gira tudo o que de bom e de positivo nela sucede. A Igreja Católica entre nós, portanto, é uma das instituições que gozam da mais absoluta unanimidade.

Passam agora Minas e o Brasil a contar com mais um representante na constelação de Cardeais que ilustra a Igreja de Roma. Esta Capital e toda a terra das Alterosas são honradas com a elevação de Dom Serafim. Esse vínculo do prelado à terra, aliás, foi ratificado pelo próprio Papa João Paulo II: como se sabe, e o episódio muito nos tocou, no momento mais solene da sação de nosso Cardeal, o Sumo Pontífice o mirou nos olhos e disse, muito simplesmente: "Belo Horizonte!"

Sem pretender plagiar Sua Santidade, pedimos vênias para fitar nosso homenageado e, neste anfiteatro da nossa Assembléia em que confraternizam o Poder Legislativo e o povo mineiro, dizer-lhe: "Salve Dom Serafim, Cardeal Fernandes de Araújo! Minas Gerais o saúda com o legítimo orgulho que experimenta por sua ascensão ao colégio máximo da Santa Igreja!"

Seja bem-vindo o nosso homenageado. Parabéns, Minas Gerais, pelo nosso homenageado Dom Serafim Fernandes de Araújo.

Entrega de Pergaminho

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar a Dom Serafim um pergaminho contendo a oração de ação de graças.

- Procede-se à entrega do pergaminho.

Palavras do Pe. Judas Tadeu Vivas

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Pe. Judas Tadeu Vivas, da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, que procederá à leitura da oração de ação de graças.

O Pe. Judas Tadeu Vivas - Convido a todos para, de pé, juntos, rezarmos a oração.

Deus e Pai de Misericórdia, do coração de nosso Estado de Minas Gerais elevamos a Vós nossa ação de graças pelo dom concedido à nossa terra, pela bondade gratuita de nosso Santo Padre João Paulo II.

Ele, em seu amor por nossa Belo Horizonte e por nosso Estado, quis, do fundo do seu coração, chamar para o grande compromisso de ser Cardeal nosso pastor Dom Serafim. Nós Vos somos sinceramente agradecidos.

Queremos, impelidos pela graça do Espírito Santo rumo ao novo milênio, Vos pedir: que ele se entregue e dê toda a sua vida por este novo serviço; que ele, sempre e mais, coloque sua existência de pastor na palma de Vossa mão e no coração de Vosso povo; que ele renove sempre sua caridade no ideal de ser Cardeal da esperança. Encaminhai sempre os seus passos, ó Pai e Senhor, na fidelidade corajosa ao Cristo e à Sua Igreja. Que Maria, a quem o Papa o entregou em sua missão, seja para ele garantia da constante efusão do espírito.

Apresentação do Coral Júlia Pardini

O Sr. Presidente - Ouviremos agora a apresentação do Coral Júlia Pardini.

- Procede-se à apresentação do Coral Júlia Pardini.

Apresentação de Depoimentos

O Sr. Presidente - Neste momento, assistiremos no telão a depoimentos do Sr. Governador do Estado, de outras autoridades e de familiares de Dom Serafim.

- Procede-se à apresentação dos depoimentos.

Apresentação do Coral Júlia Pardini

O Sr. Presidente - Ouviremos, a seguir, o Coral Júlia Pardini.

- Ouve-se a apresentação do Coral Júlia Pardini.

Palavras de Dom Serafim Fernandes de Araújo

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Cardeal Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo.

Dom Serafim Fernandes de Araújo - Sr. Deputado Dilzon Melo, Presidente da Assembléia neste momento, dando-nos esta imensa alegria; demais componentes da Mesa, meus familiares, meus amigos e minhas amigas, vocês podem imaginar a minha dificuldade neste momento em como começar e em como acabar este agradecimento.

Enquanto as coisas iam acontecendo, foi, sim, uma estrela dentro de mim: como se fosse um céu de louvor a Deus, muitas se acenderam. Quero, a princípio, agradecer a Deus por este momento. Não sei se vocês notam, para mim foi um momento de "Te Deum", foi um momento de ação de graças, e fico feliz pelo fato de que, não só diante desta tão seleta assistência, mas através da TV da Assembléia, quantos e quantos lares neste momento estão assistindo ao vivo a esta bela manifestação.

Nunca ouvi nem assisti a uma Assembléia Legislativa tão coração. Parece que nós, nesta noite, perdemos a forma geográfica do Estado de Minas Gerais e fizemos dela um coração. Sinto-me dentro desse coração, amado e querido, muito amado e muito querido. Aliás, é um amor que com amor se paga. As pessoas que me conhecem sabem do meu orgulho santo

de ser mineiro e de como defendo isso como um dos maiores valores que possa ter na minha vida.

Aprendi a gostar de Minas, a apreciar Minas não foi com os mineiros, não; foi com todas as pessoas que vinham de fora ou com quem já trabalhei dizendo o que é Minas. Em geral, nós, os mineiros, temos a mania de pensar que não somos tanto como na verdade somos.

Ontem mesmo, foi para mim um elogio: o Presidente da República, quando contava um pouquinho a minha vida, este caminhar, ele disse: "Que bonito. De Minas, sempre em Minas e a serviço de Minas.". E é mesmo.

Na verdade, todas as vezes que daqui saí, foi para voltar, para tornar a Minas ainda mais querida e para que pudesse me entregar mais a ela.

Quero agradecer a todos os que estão fazendo desta reunião, como eu disse, uma ação de graças. Alguém, outro dia, perguntou-me: "O senhor não está, apesar de ser bispo, orgulhoso. Como o senhor fica?". Não estou orgulhoso, não. Estou feliz, mas muito feliz, mesmo.

Estou querendo fazer deste meu cardinalato, e tenho conseguido, uma alegria para o povo. Foi por isso que, quando conversei com o nosso querido Prefeito de Minas Novas, falando da festa que iam fazer para mim, lá, eu disse: aceito toda a festa, com a condição de poder cumprimentar todos e cada um que estiver em Minas Novas.

Foi uma maravilha. Aquelas belas pretas velhas de Minas Novas, chegando perto de mim, passando a mão no vermelho. Que beleza! É para isso que eu quero ser Cardeal. Para o povo sentir que eu sou irmão deles. Para o povo sentir que a gente está aí somente para ser irmão, para ajudar.

Nesta manifestação, gostaria de agradecer ao meu querido Coral Júlia Pardini. Sabem da ternura que tenho por eles. Aliás, lembrando o Coral, estou lembrando dos momentos mais bonitos do centenário de Belo Horizonte. Começou com este olhinho-d'água do Coral Júlia Pardini aquele belíssimo coral de 1.000 vozes. Foi um dos momentos mais bonitos do dia 12 de dezembro.

Quero agradecer as palavras do Deputado Miguel Martini. Não vou dizer que ele disse algo errado. Ele não disse. Mas fico feliz de ele poder traduzir com palavras, tão de coração, aquilo que, na verdade, vai dentro do meu coração. Foi uma surpresa para mim. Obrigado, Deputado Miguel Martini. Que bom que foi que também Dom Luciano tenha vindo. Fiquei com medo. Se Dom Luciano fosse Papa, eu estava canonizado. Mas é porque ele é bom demais, e a gente estabeleceu, um com o outro, uma amizade muito profunda, uma amizade muito alegre. Por isso, Dom Luciano, muito obrigado. Se eu salvei a sua vida, você também me deu alguns dos mais belos momentos que tive na minha vida, seja na sua doença, seja durante este tempo todo de amizade. Não estamos pagos. Acho que eu ainda estou devendo um pouquinho para você.

Quero agradecer as palavras do Sr. Presidente, também tão bonitas, tão carinhosas. Quero dizer a vocês que estaria no momento de tornar esse cardinalato de todo o mundo. O que estou mais sentindo nesse cardinalato é que o povo está feliz. Não posso negar. Parece que o mineiro estava frustrado. E quando chega esse momento, todo mundo se sente assim, como foi dito, um pouquinho cardeal também. De todos os mineiros, de pessoas de outras religiões, de pessoas que conheço menos tenho recebido telegramas. Acho que é a alegria do mineiro manifestada em razão do carinho que o Papa teve para comigo. Esta homenagem fica muito dentro de mim. É quase como se estivesse encerrando todas as homenagens de que tenho sido alvo. E são tantas. Quero, então, Sr. Presidente, agradecer este raro momento e, como disse, transformá-lo verdadeiramente em prece, dizendo a Deus muito obrigado, porque jogou, através da minha simples pessoa, muita alegria no coração de muita gente, e acendeu um facho de esperança no coração de muitas pessoas.

Quando eu chegava para esta homenagem, a repórter e o repórter me perguntaram o que ela significava para mim. Eu disse que era das homenagens que me tocava mais. Por quê? Aqui é a casa dos mineiros. E acho que a única coisa que tenho de mim mesmo, lá dentro, que não posso dar para ninguém, é ser mineiro, é viver intensamente a alegria de uma terra de tanta gente boa, de tanta gente maravilhosa. Por isso, Sr. Presidente, aceito esta homenagem, mas transfiro-a, neste momento, para o bom, o querido e o irmão povo mineiro, de quem esta Assembléia é a representação mais lídima e mais verdadeira. E a vocês todos que vieram aqui para me homenagear, muito obrigado. Que Deus lhes pague. Volto a dizer que a sessão da Assembléia tornou-se verdadeiramente um momento de oração, neste instante em que terei a alegria de invocar a bênção de Deus sobre todo este querido Estado de Minas Gerais. Muito obrigado. Felicidades.

Oração Final

O Sr. Presidente - Agora, atendendo a nosso pedido, o ilustre homenageado, Dom Serafim, rezará conosco a oração final.

Bênção Final

Dom Serafim: O Senhor esteja convosco.

Todos: Ele está no meio de nós.

Dom Serafim: Bendigamos ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo.

Todos: Louvemos e exaltemos seu nome para sempre.

Dom Serafim: A nossa proteção está no Nome do Senhor.

Todos: Que fez o céu e a terra.

Dom Serafim: Que Deus Pai vos abençoe e vos guarde com sua bondade fraterna e coração materno.

Todos: Amém.

Dom Serafim: Que o Cristo Jesus vos mostre sua face alegre de ressurreição e vida.

Todos: Amém.

Dom Serafim: Que o Espírito Santo volte para vós seu olhar, vos dê paz e a alegria de caminhar na esperança rumo ao novo milênio.

Todos: Amém.

Dom Serafim: Abençoe a todos aqui presentes, abençoe a toda a nossa cidade, abençoe a todo o nosso Estado, Deus de bondade e ternura, Pai e Filho e Espírito Santo.

Todos: Amém, Amém, Amém.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos ao homenageado, às autoridades e aos demais convidados pela presença e, cumprido o objetivo da reunião, a encerra convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 3, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da comissão de transporte, comunicação e obras públicas

Às quinze horas do dia vinte e cinco de março de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Maria Olívia e Adeldo Carneiro Leão (substituindo estes, respectivamente, aos Deputados Ailton Vilela e Arnaldo Canarinho, por indicação das Lideranças do PSDB e do Bloco Parlamentar de Oposição), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Adeldo Carneiro Leão que proceda à leitura da ata da reunião anterior. A Presidência dispensa sua leitura, considera-a aprovada e solicita aos Deputados que a subscrevam. O Presidente informa que a reunião se destina a debate, em audiência pública, sobre os problemas decorrentes da má conservação e da falta de acostamento na BR-262, no trecho compreendido entre os Municípios de Betim e Luz. A Presidência registra a presença do Sr. Osmar do Carmo, representando o Chefe do 6º Distrito do DNER, a quem convida para tomar assento à Mesa. O Presidente passa a palavra à Deputada Maria Olívia, autora do requerimento que motivou esta reunião, para que faça suas considerações iniciais. A seguir, passa a palavra ao convidado. Os Deputados fazem perguntas ao convidado, e abre-se amplo debate, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados e do convidado, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1998.

Álvaro Antônio, Presidente - José Henrique - Ailton Vilela.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR A INSTALAÇÃO DE GARIMPOS NOS RIOS DO TERRITÓRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E SEUS EFEITOS DEVASTADORES E CORRUPTORES

Às dez horas e quinze minutos do dia primeiro de abril de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Anivaldo Coelho, Paulo Piau, Raul Lima Neto e Ailton Vilela (substituindo este o Deputado José Militão, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Anivaldo Coelho, declara abertos trabalhos e solicita ao Deputado Paulo Piau que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência suspende a reunião por alguns instantes, para que os Deputados possam abrir a reunião da Comissão de Agropecuária. Às dez horas e trinta minutos, com a presença dos Deputados Anivaldo Coelho, José Militão, Raul Lima Neto, Ambrósio Pinto e Paulo Piau, membros da Comissão, a reunião é reaberta. Registra-se também a presença dos Deputados Wilson Pires, Maria José Hauelsen, Ivo José e Kemil Kumaira. A Presidência esclarece que a finalidade da reunião é ouvir o depoimento dos Srs. Raimundo de Almeida Vianna, Presidente da Associação de Joalheiros de Minas Gerais - AJOMIG -MG - ; Kalil Kassim Elawar, Presidente da Zona de Processamento de Exportação - ZPE - de Teófilo Otôni; Sebastião Venceslau Siqueira, Vereador em Nova Era, e Ignácio Gabriel Prata Neto, Delegado, que não compareceu. Após prestar os esclarecimentos necessários sobre o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito, o Presidente passa a palavra ao Sr. Raimundo de Almeida Vianna, que se identifica e faz suas colocações iniciais. Logo após, é inquirido pelos Deputados Raul Lima Neto, José Militão e Anivaldo Coelho. A seguir, passa-se a palavra ao Sr. Kalil Kassim Elawar, que se identifica e presta o seu depoimento. O depoente é questionado pelo Deputado Raul Lima Neto. Neste momento, os Deputados Wilson Pires, Raul Lima Neto, Anivaldo Coelho e Maria José Hauelsen fazem uma discussão a respeito dos objetivos desta CPI. Encerrada a discussão, a Presidência passa a palavra ao Vereador Sebastião Venceslau Siqueira, que presta o seu depoimento e entrega ao Presidente vários documentos, os quais a Presidência solicita à assessoria sejam anexados aos autos. O Vereador Sebastião Venceslau Siqueira é questionado pelos Deputados Wilson Pires, Raul Lima Neto e José Militão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação dos Srs. Raimundo de Almeida Vianna, Kalil Kassim Elawar e Sebastião Venceslau Siqueira, pelos subsídios prestados a esta Comissão, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1998.

Anivaldo Coelho, Presidente - José Militão - Raul Lima Neto - Ambrósio Pinto.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Às quinze horas do dia primeiro de abril de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gil Pereira, Jorge Eduardo de Oliveira, Tarcísio Henriques e Paulo Piau, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente acusa recebimento de ofício do Secretário Adjunto de Ciência e Tecnologia, em que agradece sua indicação como representante da Assembléia Legislativa para compor o grupo que irá elaborar o projeto do potencial turístico da Estrada Real. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Ângelo Leite Pereira, Prefeito Municipal de Carmo do Rio Claro, e João Bosco Ribeiro da Fonseca, Chefe de Escritório de Representação de Furnas Centrais Elétricas S.A., cuja ausência é justificada pelo Deputado Gil Pereira. Em seguida, fazem uso da palavra os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Tarcísio Henriques, Paulo Piau, Gil Pereira e o Sr. Ângelo Leite, conforme consta nas notas taquigráficas. O Deputado Paulo Piau apresenta requerimento, em que solicita audiência pública da Comissão com a finalidade de debater a indústria do turismo na região do Triângulo mineiro. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. A seguir, o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira apresenta requerimento, em que solicita seja realizada audiência pública para se discutir o processo de privatização da Empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas seqüências para a região. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e do convidado, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1998.

Gil Pereira, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira - Raul Lima Neto.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 360ª reunião ordinária, em 14/4/98

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 2.469/98, do Deputado Gilmar Machado, em que pede sejam solicitadas ao Presidente da CEMIG informações sobre o número de postos de atendimento ao consumidor existentes no Estado, o número de funcionários lotados nesses postos, bem como o quantitativo e a natureza das chamadas atendidas no período que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 623/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que institui gratificação por trabalho noturno para servidor do Quadro de Magistério. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 da Resolução nº 5.065, de 1990.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.610/98, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. para o fim que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Turismo.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.591, que dispõe sobre a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos devidos pelos serviços extrajudiciais e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Miguel Martini opinou pela manutenção do veto ao § 2º do art. 35 e pela rejeição do veto aos itens 6 e 7 da Tabela 7.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.528, que dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de telefonia acessados pelo prefixo 900 e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.593, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Arnaldo Penna opinou pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.594, que regulamenta o art. 197 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a descentralização do ensino e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.599, que autoriza o Poder Executivo a aumentar e a integrar o capital social da COPASA-MG e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.602, que proíbe descontos nos vencimentos do servidor público sem seu prévio conhecimento. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.603, que institui compensação financeira para os municípios que abrigam reservatório de água para abastecimento público e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.604, que regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro e outros, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 488/95, do Deputado Anderson Aduato, que acrescenta parágrafos ao art. 99 e altera o inciso III do art. 100 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 716/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a inscrição em concurso público para o ingresso na administração pública estadual. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 627/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a conservação das nascentes naturais e o saneamento dos cursos d'água e dos lagos do domínio estadual e dá outras providências. O parecer da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade do projeto, foi rejeitado pelo Plenário. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.397/97, da CPI do Sistema Penitenciário do Estado de Minas Gerais, que dá nova denominação à Secretaria da Justiça, altera dispositivos da Lei nº 9.516, de 30/12/87, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Direitos Humanos opinam por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.398/97, da CPI do Sistema Penitenciário do Estado de Minas Gerais, que altera a Lei nº 11.660, de 2/12/94, que reorganiza o Departamento Estadual de Obras Públicas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.459/97, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Iturama a propriedade do imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.543/97, do Deputado Paulo Piau, que altera o art. 1º da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.122/97, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel de sua propriedade ao Município de Miradouro. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.239/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao inciso I do art. 69 da Lei nº 7.109, de 13/10/77, que contém o Estatuto do Pessoal do Magistério Público Estadual. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.469/97, do Deputado Péricles Ferreira, que altera a Lei nº 11.658, de 2/12/94, que dispõe sobre a carreira de Administrador Público no Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 809/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que dispõe sobre a gratuidade do ingresso dos aposentados, dos pensionistas e dos maiores de 65 anos em eventos culturais realizados pelo poder público estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 2, da Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 889/96, do Deputado Leonídio Bouças, que suprime dispositivos da Lei nº 12.032, de 22/12/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.026/96, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a estruturação do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.068/96, do Deputado Gil Pereira, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Agropecuária, com a Emenda nº 2, que apresenta., ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para os passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais e de Defesa do Consumidor opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.290/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao art. 74 da Lei nº 11.406, de 28/1/94, que trata da pensão a que têm direito os dependentes dos antigos guardas-civis e fiscais de trânsito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.544/97, do Governador do Estado, que cria o Abono Permanência para o servidor público do Poder Executivo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.546/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Finanças e a estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão de Administração Pública, e 5 e 6, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.609/98, do Governador do Estado, que substitui o Anexo I da Lei nº 12.729, de 30/12/97, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 4 a 6, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nº 1 a 3, da Comissão de Justiça, e 4 a 6, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.333/97, do Deputado Marcos Helênio, que determina a inclusão de estudos sobre educação para o consumo no ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 15/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.524/97, do Deputado Bilac Pinto.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.457/97, da Deputada Elbe Brandão.

Requerimentos nºs 2.543, 2.544, 2.546 e 2.548/98, da Comissão de Direitos Humanos; 2.533/98, do Deputado João Batista de Oliveira; 2.538/98, do Deputado Paulo Schettino.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Convidados: Srs. Wilton Madson Andrada, Administrador Regional da FUNAI; Luciano Marcos Pereira da Silva, Coordenador do CIMI - Regional Leste; Milton Maxakali e Marcelo Maxakali, lideranças indígenas; Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão; José Luis Quadros Magalhães, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, e Nilmário Miranda, Deputado Federal e representante da Secretaria do Trabalho, que discutirão a questão indígena no Estado, por ocasião da Semana do Índio.

Ordem do dia da 89ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 15/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 27/97, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.405/97, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, Apurar a instalação de Garimpos nos rios do território do estado de minas gerais e seus efeitos devastadores e corruptores, a realizar-se às 10 horas do dia 15/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Finalidade: ouvir os depoimentos do Delegado Ignácio Gabriel Prata Neto, do Cel. José Eustáquio Natal e do Vereador Geraldo Rodrigues Sete, de Nova Era.

Ordem do dia da 96ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 15/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.584 e 1.592/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.514/97, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.472/97, da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96; 1.632/98, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.576/97, do Deputado Durval Ângelo; 1.613/98, do Deputado Gilmar Machado; 1.651/98, do Governador do Estado; 1.438/97, do Deputado Olinto Godinho; 1.645/98, do Deputado Paulo Piau; 1.527/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.269/97, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.493/97, do Deputado Jorge Hannas.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.635/98, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.639 e 1.672/98, do Deputado Benê Guedes; 1.646 e 1.647/98, do Deputado Dilzon Melo; 1.648/98, do Deputado Ermano Batista; 1.653/98, do Deputado Francisco Ramalho; 1.658/98, do Deputado Glycon Terra Pinto; 1.664/98, do Deputado Ibrahim Jacob; 1.660/98, do Deputado José Henrique; 1.637 e 1.659/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.661 e 1.670/98, do Deputado Wanderley Ávila.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 15/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.513/98, do Deputado João Batista de Oliveira. Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 15/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 120 dias, proceder à apuração de Denúncias no funcionamento dos bingos em minas gerais, a realizar-se às 15h30min do dia 15/4/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Depoentes: Srs. Jaime Francisco Monteiro de Barros, Delegado de Polícia da Seccional Norte; José Perrela de Oliveira Costa, Presidente do Cruzeiro Esporte Clube; Ernani Marcos do Carmo, Presidente da Liga Desportiva de Contagem.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 14/4/98, destinada à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado, e 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado, dos Projetos de Lei nºs 488/95, do Deputado Anderson Aduato, que acrescenta parágrafos ao art. 99 e altera o inciso III do art. 100 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências, 627/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a conservação das nascentes naturais e o saneamento dos cursos d'água e lagos do domínio estadual e dá outras providências, 716/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a inscrição em concurso público para o ingresso na administração pública estadual, 809/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que dispõe sobre a gratuidade do ingresso dos aposentados, dos pensionistas e dos maiores de 65 anos em eventos culturais realizados pelo poder público estadual e dá outras providências, 889/96, do Deputado Leonídio Bouças, que suprime dispositivos da Lei nº 12.032, de 22/12/95, 1.026/97, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a estruturação do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas, 1.068/96, do Deputado Gil Pereira, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura e dá outras providências, 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para os passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais, 1.122/97, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao Município de Miradouro, 1.239/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao inciso I do art. 69 da Lei nº 7.109, de 13/10/77, que contém o Estatuto do Pessoal do Magistério Público Estadual, 1.290/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao art. 74 da Lei nº 11.406, de 28/1/94, 1.333/97, do Deputado Marcos Helênio, que determina a inclusão de estudos sobre educação para o consumo no ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências, 1.397/97, da CPI do Sistema Penitenciário, que dá nova denominação à Secretaria de Estado da Justiça, altera dispositivos da Lei nº 9.516, de 30/12/87, e dá outras providências, 1.398/97, da CPI do Sistema Penitenciário, que altera a Lei nº 11.660, de 2/12/94, que reorganiza o Departamento Estadual de Obras Públicas e dá outras providências, 1.459/97, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Iturama a propriedade do imóvel que especifica, 1.469/97, do Deputado Péricles Ferreira, que altera a Lei nº 11.658, de 2/12/94, que dispõe sobre a carreira de Administrador Público no Poder Legislativo e dá outras providências, 1.543/97, do Deputado Paulo Piau, que altera o art. 1º da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências, 1.544/97, do Governador do Estado, que cria o abono-permanência para o servidor público do Poder Executivo, 1.546/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Finanças e a estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências, 1.609/98, do Governador do Estado, que substitui o Anexo I da Lei nº 12.629, de 31/12/97, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências, e 1.610/98, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. para o fim que menciona, e dos Vetos às Proposições de Lei nºs 13.528, que dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de telefonia acessados pelo prefixo 900 e dá outras providências, 13.591, que dispõe sobre contagem, cobrança e pagamento de emolumentos devidos pelos serviços extrajudiciais e dá outras providências, 13.593, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências, 13.594, que regulamenta o art. 197 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a descentralização do ensino e dá outras providências, 13.599, que autoriza o Poder Executivo a aumentar e a integralizar o capital social da COPASA-MG e dá outras providências, 13.602, que proíbe descontos nos vencimentos do servidor público sem o seu prévio conhecimento, 13.603, que institui compensação financeira para os municípios que abrigam reservatório de água para abastecimento público e dá outras providências, e 13.604, que regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios e dá outras providências; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de abril de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Helvécio, Mauri Torres, Antônio Roberto, Sebastião Navarro Vieira, José Braga e Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/98, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.026/96, do Tribunal de Contas; 1.543/97, do Deputado Paulo Piau, e 1.609/98, do Governador do Estado.

Sala das Comissões, 13 de abril de 1998.

Kemil Kumaira, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.546/97

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

Por meio da Mensagem nº 234/97, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 1.546/97, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Finanças e a estrutura da Secretaria da Fazenda e dá outras providências.

Nos termos regimentais, a proposição foi encaminhada às comissões competentes para receber parecer.

Preliminarmente, cumpre a esta Comissão o exame da matéria quanto aos seus aspectos jurídico-constitucionais, fundamentado nos seguintes termos.

Fundamentação

A proposição em apreço objetiva reformular o Sistema Estadual de Finanças e reestruturar a Secretaria da Fazenda.

Pela Lei nº 9.520, de 30/12/87, o Sistema Estadual de Finanças foi criado com a finalidade de integrar e realizar a gestão das finanças públicas na estratégia global da política de desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais.

Nos termos da proposição, esse Sistema, centralizado na Secretaria da Fazenda, mantém a sua finalidade e compreende três áreas de atividades-fins, assim definidas: área de tributação e administração tributária; área de administração financeira, contabilidade e auditoria operacional; área de estímulo ao desenvolvimento econômico e social e participação na gestão da presença do Estado na economia. Dessa forma, na área de tributação e administração tributária estão estabelecidas as ações concernentes à gestão e à administração do sistema tributário estadual e ao controle da efetivação da receita tributária; na área de administração financeira, contabilidade e auditoria operacional, as ações relativas à gestão e à administração financeira, à contabilidade pública e à auditoria operacional da administração pública estadual; na área de estímulo ao desenvolvimento econômico e social, as ações voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Nesse contexto, a Secretaria da Fazenda passa a ter por finalidade subsidiar a formulação da política financeira, tributária e fiscal e responsabilizar-se pela sua implementação, bem como pelo provimento, pelo controle e pela administração dos recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos da administração pública estadual, conforme se infere do art. 5º do projeto.

Com relação à organização da Secretaria, propõe-se uma nova estrutura, desmembrada em 17 unidades administrativas, representando os meios e instrumentos de ações organicamente articuladas, visando ao pleno desempenho da missão institucional do órgão. Entre as inovações introduzidas, destacam-se as Superintendências de Legislação e Tributação, da Receita Estadual e do Crédito Tributário; a Procuradoria-Geral da Fazenda Estadual; a Superintendência Regional da Fazenda e a Superintendência Regional Metropolitana.

Surtem as Superintendências Centrais de Administração Financeira, de Auditoria Operacional e de Contabilidade Geral.

Observe-se que, em função dessa nova estrutura, propõe-se a criação de mais um cargo de Secretário Adjunto; portanto, a Secretaria da Fazenda passa a ter um Secretário Adjunto de Administração Tributária, a quem cabe a coordenação, a supervisão e o acompanhamento gerencial das unidades administrativas responsáveis pela administração e pela gerência do sistema tributário estadual, e um Secretário Adjunto de Administração Financeira e Controle Operacional, com idêntica função, porém no âmbito das unidades administrativas responsáveis pelo controle e pela gerência da administração financeira, contábil e de auditoria.

Em termos de pessoal, a proposição cria, transforma e extingue cargos pertencentes à Secretaria, em decorrência das modificações propostas.

Dispõe, ainda, a proposição sobre a gratificação de estímulo à produção individual, relativamente ao limite para o seu pagamento, cujo valor mensal não poderá ultrapassar quatro vezes o valor do maior vencimento calculado na forma prevista no art. 18 da Lei nº 6.762, de 23/12/75.

Finalmente, verifica-se a proposta de extinção do Conselho de Política Financeira e de desvinculação do BDMG e da Loteria do Estado de Minas Gerais, os quais passarão a vincular-se, respectivamente, às Secretarias do Planejamento e Coordenação Geral e da Casa Civil e Comunicação Social.

Constitui exigência constitucional expressa a atribuição de competência legislativa para o exame das matérias que dispõem sobre criação, transformação e extinção de cargo, emprego e função públicos na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e sobre criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado, conforme estabelece o art. 61, VIII e XI, da Constituição Estadual.

Outra regra constitucional a ser observada está inserida no art. 66, III, "e", c/c o art. 90, XIV, da Carta mineira, que outorga ao Governador do Estado iniciativa privativa para a deflagração do processo legislativo no tocante à matéria que ora se examina.

Também na Constituição está expresso o princípio do desenvolvimento econômico e social do Estado, que consiste na organização econômica planejada pelo poder público, conforme se infere do Capítulo II, Seção I, da Constituição Estadual.

Analisando-se, pois, os aspectos jurídicos, constitucionais e legais pertinentes ao projeto de lei em apreço, verifica-se que inexistem óbices à tramitação da matéria.

Visando tão-somente ao aprimoramento da proposição no tocante à categoria dos servidores pertencentes à classe de Assistente Técnico Fazendário, propomos, ao final, a Emenda nº 1.

Propomos, ainda, a Emenda nº 2, com o objetivo de assegurar a permanência de servidores em seus respectivos cargos da classe de Agente Fiscal de Tributos Estaduais - AFTE - do Quadro Permanente de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais, nomeados em virtude de aprovação em concurso público realizado em dezembro de 1995, em vista de acórdão do Superior Tribunal de Justiça, que determinou o reposicionamento desses servidores. Para tanto, propomos a prorrogação do concurso realizado, para que os servidores repositionados possam continuar a pertencer ao referido quadro de servidores, bem como a fim de se corrigirem as distorções verificadas no preenchimento das vagas nas diversas regiões do Estado.

Conclusão

Concluimos, portanto, pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.546/97 com as Emendas nºs 1 e 2, a seguir apresentadas.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 19 a seguinte redação:

"Art. 19 - A Secretaria de Estado da Fazenda deverá promover anualmente, no mês de janeiro, levantamento do quantitativo de cargos preenchidos e vagos das classes de Fiscal de Tributos Estaduais, Agente Fiscal de Tributos Estaduais e Assistente Técnico Fazendário, a fim de avaliar a necessidade de realização de concurso público para provimento de cargos vagos.

Parágrafo único - O Poder Executivo promoverá concurso público para provimento de cargos das classes de Fiscal de Tributos Estaduais, Agente Fiscal de Tributos Estaduais e Assistente Técnico Fazendário sempre que o quantitativo de cargos preenchidos, apurado na forma deste artigo, for inferior a 5% (cinco por cento) do total de cargos previstos para as respectivas classes."

EMENDA Nº 2

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Fica prorrogado até o dia 16 de fevereiro de 1999 o concurso público realizado em dezembro de 1995 para o provimento de cargos da classe de Agente Fiscal de Tributos Estaduais - AFTE - do Quadro Permanente de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais."

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente - João Batista de Oliveira, relator - Antônio Genaro - Ermano Batista - Gilmar Machado (voto contrário) - Antônio Júlio (voto contrário).

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.332/97

Comissão de Administração Pública

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Marcos Helênio, dispõe sobre a apreensão de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências.

Publicado em 19/8/97, o projeto recebeu pareceres favoráveis nas comissões a que foi distribuído e foi aprovado no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição vem, agora, a esta Comissão de mérito, a fim de receber parecer para o 2º turno. Em anexo, segue a redação do vencido no 1º turno, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto em tela objetiva definir as situações em que se pode utilizar veículo automotor oficial a bem do serviço público. Ele prevê as situações em que o uso desse tipo de veículo é proibido, autoriza a autoridade policial a apreender os veículos que se encontrem em situação irregular, prevê sanções para as partes infratoras e estabelece, ainda, que qualquer cidadão é parte legítima para oferecer denúncia de infração à lei nos casos de flagrante.

O projeto alcança o serviço público estadual no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

A matéria respeita os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, que devem nortear os atos da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado, como bem determina o art. 37, "caput", da Constituição da República.

A proposição obedece, ainda, ao princípio da razoabilidade, estatuído no art. 13 da Carta Política mineira. De fato, não é razoável a utilização de veículos automotores oficiais de serviço para outros fins que não os necessários à prestação eficiente dos serviços públicos.

As emendas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno, são pertinentes e oportunas, pois promovem o aperfeiçoamento do projeto, suprimindo e modificando expressões inadequadas e de dúbida interpretação.

Conclusão

Com fundamento nas razões aduzidas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.332/97 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1998.

Ajalmar Silva, Presidente - Arnaldo Penna, relator - Marcos Helênio - Geraldo Nascimento.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI Nº 1.332/97

Dispõe sobre a apreensão de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É proibida a utilização de veículo automotor oficial de serviço pertencente à administração pública direta ou indireta do Estado de Minas Gerais:

I - antes das 6 (seis) e após as 20 (vinte) horas, de segunda a sexta-feira;

II - aos sábados, domingos e feriados;

III - para transporte de familiares do servidor;

IV - para transporte de objeto do servidor;

V - para transporte de pessoa estranha ao serviço público;

VI - para excursão ou passeio;

VII - para transporte a casa de diversão, estabelecimento comercial ou de ensino;

VIII - para qualquer uso diverso do devido.

Parágrafo único - Em caso de realização de serviço especial inerente ao exercício do serviço público, poderão ser, mediante autorização especial, desconsideradas as disposições contidas nos incisos I e II deste artigo.

Art. 2º - Fica a autoridade policial autorizada a apreender qualquer veículo utilizado nos casos discriminados no artigo anterior.

§ 1º - O veículo apreendido será encaminhado ao órgão competente, ao qual caberão os procedimentos necessários à apuração de responsabilidades e à aplicação de sanções, nos termos do art. 14 do Decreto nº 22.817, de 12 de maio de 1983, com a redação dada pelo Decreto nº 27.980, de 5 de abril de 1988.

§ 2º - Responderão pelas infrações cometidas aquele que estiver usando o veículo oficial e a autoridade responsável por seu uso.

§ 3º - O servidor que reincidir nas infrações de que trata esta lei poderá ser demitido do serviço público.

Art. 3º - Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar infração a esta lei.

§ 1º - Em caso de flagrante, o cidadão poderá comunicar o fato à autoridade policial mais próxima, a qual agirá conforme o disposto no art. 2º desta lei, sob pena de responder pela omissão.

§ 2º - Inexistindo autoridade policial próxima ao local ou estando o cidadão impossibilitado de comunicar imediatamente o fato, poderá o cidadão enviar comunicação oficial ao órgão competente, que ficará incumbido da apuração da denúncia.

Art. 4º - Esta lei não se aplica a veículo utilizado para ambulância, bombeiro, polícia e serviços especiais, permanentes ou temporários, definidos em regulamento próprio.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.406/97

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.406/97, do Deputado Paulo Piau, que declara de utilidade pública a Fundação Museu do Zebu Edilson Lamartine Mendes, com sede no Município de Uberaba, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.406/97

Declara de utilidade pública a Fundação Museu do Zebu Edilson Lamartine Mendes, com sede no Município de Uberaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Museu do Zebu Edilson Lamartine Mendes, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1998.

Dimas Rodrigues, Presidente - Arnaldo Penna, relator - Ailton Vilela.

PARECER SOBRE A EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.373/97

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado José Bonifácio, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a renúncia à aposentadoria do servidor público estadual.

Publicado em 11/9/97, o projeto recebeu da Comissão de Constituição e Justiça parecer por sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade na forma do Substitutivo nº 1; e da Comissão de Administração Pública, parecer pela aprovação na forma do referido substitutivo.

Por conseguinte, a matéria foi ao Plenário para discussão em 1º turno, ocasião em que recebeu a Emenda nº 1, encaminhada a esta Comissão para receber parecer nos termos do art. 188, § 2º, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição objeto de emenda visa a conceder ao professor público estadual aposentado que esteja ocupando um segundo cargo no Quadro do Magistério o direito de renunciar à aposentadoria e contar o correspondente tempo de serviço para se aposentar no segundo cargo.

A emenda em apreço tem por escopo estender a toda a categoria dos servidores públicos estaduais a opção de renunciar à aposentadoria na forma proposta pela proposição.

Com fulcro no princípio da igualdade, que deve reger as relações da administração com seus servidores, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou substitutivo com igual objetivo, o qual foi acatado por esta Comissão.

Sendo o propósito da emenda em exame o mesmo do Substitutivo nº 1, consideramo-la prejudicada.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela prejudicialidade da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.373/97.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1998.

Ajalmar Silva, Presidente e relator - Arnaldo Penna - Marcos Helênio - Geraldo Nascimento.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

357ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 2/4/98

O Deputado Marcelo Gonçalves* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias, senhores membros da imprensa, quero mais uma vez prestar homenagem ao ilustre conterrâneo Chico Xavier, que hoje comemora 88 anos.

Com mais de 400 livros psicografados circulando pelo mundo, os quais lhe proporcionam meios de manter instituições assistenciais espíritas, ele leva conforto a milhares de pessoas, através das mensagens recebidas ao longo de muitos anos de trabalho mediúnico.

Com toda uma vida marcada pela bondade, renúncia e simplicidade, há algum tempo, infelizmente, ele enfrenta problemas de saúde, sem no entanto deixar de ajudar espiritualmente aos que buscam seus ensinamentos e assistência.

Posso dizer que Chico Xavier, há tempos, é o cidadão mais ilustre de Pedro Leopoldo, onde foi instituída, em 1995, a Comenda Francisco Cândido Xavier, uma forma, ainda que simples, de reconhecimento pleno de toda a comunidade ao grande filho que aquela terra deu ao mundo.

Parabéns, Chico Xavier! Muita saúde!

Gostaria também, nesta oportunidade, de cumprimentar a todos aqueles que hoje são nomeados para ocupar diversas secretarias estaduais e quero destacar uma grande figura entre eles, o Dr. Vilmar de Oliveira Filho, que responderá pela saúde do Estado.

Formado em medicina no ano de 1982, é cirurgião-geral dedicado e desprendido, professor concursado, desde 1992, da Faculdade de Ciências Médicas, ex-Prefeito de Santo Antônio do Monte, 1º Presidente da Fundação do Consórcio de Saúde do Alto São Francisco, já completando três mandatos consecutivos, e Diretor Regional de Saúde do Alto São Francisco, que abrange mais de 50 cidades. Pessoa competente e responsável, tenho certeza, fará o melhor trabalho nessa área tão esquecida do nosso Estado.

Quero cumprimentar, por fim, o Governador Eduardo Azeredo pelo acerto da escolha. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, senhores das galerias, pessoal desta Casa que nos escuta, telespectadores, na terça-feira desta semana estivemos, juntamente com o Deputado Péricles Ferreira, no "Bom Dia Minas", para discutir um problema sério, polêmico, que é o da verba das subvenções.

O problema é tão sério e polêmico que o programa, por três dias seguidos, colocou em sua pauta de discussão o assunto - na sexta, na segunda e na terça-feira.

O debate de terça-feira ficou muito prejudicado. Primeiro, pela polêmica do assunto, que deve ser muito bem discutido. Segundo, o tempo é reduzidíssimo, 8 ou 9 minutos, para um assunto tão sério e pesado. E também por causa do nervosismo do Deputado Péricles Ferreira durante todo o debate, toda a discussão.

Por isso volto aqui hoje, para continuar a falar desse mesmo assunto. Estamos tentando esclarecer equívocos. O Deputado afirmou que a greve branca não existe, contradizendo exatamente a declaração do Deputado Cleuber Carneiro, que falava da greve branca, e também comentários dos jornais desta semana, que diziam que líderes do Governo tinham se reunido e estavam discutindo e percebendo que a greve branca era prejudicial a todos eles, e seria melhor suspendê-la.

Cheguei a acreditar, na terça-feira à noite, que ela havia acabado - o Plenário estava cheio, foram apreciados alguns vetos; na parte da manhã de quarta-feira também havia "quorum". Ontem o Plenário esteve vazio à tarde e à noite.

Queremos deixar bem claro que entendemos e garantimos que essa greve branca existe, e um dos motivos é a famosa verba de subvenção do PADEN.

Mais outra coisa: o PT sempre criticou e condenou essas verbas de subvenção. Nunca obstruímos votação no Plenário por falta de verba. Queremos, quando for necessário, obstruir,

sim. Mas a nossa obstrução é por outros motivos: porque não concordamos com o projeto ou porque o projeto é polêmico e precisa ser mais discutido, e, além do mais, essa é a maneira que o Regimento Interno apresenta para a Oposição defender as suas idéias, para que ela possa reagir diante do autoritarismo, às vezes, e do abuso de poder da Maioria.

A luta do PT contra as verbas de subvenção não é de hoje. E estamos amparados pela Constituição Federal, que propõe uma política pública para distribuição das verbas sociais. Há também a lei federal que propõe a criação da LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, e, ainda, a lei estadual que cria os conselhos de Estado e determina que sejam criados os conselhos nos municípios. Temos, então, amparo legal para trabalhar com vistas ao fim dessas verbas.

Além do mais, entendemos - e qualquer pessoa que tenha um mínimo de conhecimento sabe - que a função do Deputado não é distribuir dinheiro, não é construir escolas, creches, pontes, asfalto nem distribuir dinheiro para entidades. A sua função principal é legislar, denunciar e fiscalizar o poder público e todas as entidades, os grupos ou as pessoas que possam prejudicar o patrimônio nacional, o patrimônio público e a sociedade.

As verbas de subvenção sempre deram dor de cabeça para esta Casa, sempre foram problemas de desgaste para a Assembléia Legislativa. Nós nos lembramos da falecida ASFAS, que acabou, e acabou tarde. Aquela entidade era o maior escândalo que poderia haver dentro desta Assembléia Legislativa. Era ela que repassava dinheiro para a conta pessoal dos Deputados e facilitava o pedido de recibo em branco.

Fiz desta tribuna a primeira denúncia contra a ASFAS. Essa luta continuou e contribuiu para que a situação fosse se esclarecendo. Pensei até que ela havia sido moralizada. Três Deputados perderam o mandato e, assim, achei que o problema tivesse sido resolvido.

O Deputado Ermano Batista (Em aparte)* - V. Exa. é tida e havida nesta Casa como uma parlamentar séria, e, quando ocupa a tribuna, ficamos atentos, porque V. Exa. tem sempre um bom conselho para todos nós.

V. Exa. faz uma proposta oportuna e muito interessante: que tenhamos o desprendimento de abandonar o direito que conquistamos de destinar recursos para os nossos municípios, associações, entidades de classe, sob a forma de subvenção social, e transferi-lo para essa entidade que V. Exa. citou.

A Deputada Maria José Haueisen - Muito obrigada, Deputado, pelo seu aparte, pela sua proposta. Eu já esperava que aparecesse uma proposta dessa natureza, porque o Deputado Péricles Ferreira já me disse, no debate pela televisão, que eu deveria ser coerente, deveria abrir mão da minha verba.

Eu já estava preparada para escutar essa proposta. Entendo, perfeitamente, que só a ação é coerente. Mas quero dizer ao nobre Deputado que não quero, sozinha, afastar-me da distribuição de verbas, principalmente por dois motivos: primeiro, porque foi depois que nós começamos a participar do processo de distribuição que conhecemos a caixa-preta da ASFAS; segundo, as entidades mais ligadas à esquerda, as prefeituras ligadas ao PT continuariam sendo excluídas dessas verbas, se não fôssemos nós a repassá-las. Também não será a minha saída que solucionará o problema e trará a moralização. Garanto ao nobre Deputado que estarei lutando junto com os membros do PT para que sejam garantidos os conselhos estaduais, mas não com a participação de Fulano, Beltrano ou Sicrano, e sim com o apoio da Assembléia Legislativa.

Escutei uma conversa, e até falaram isso para mim também, que, com esse ataque, eu estaria denegrindo a imagem da Assembléia Legislativa. Absolutamente. Muito ao contrário: quero preservar essa imagem. E mais outra coisa: quando digo que há desvio de verbas e malversação do dinheiro público, não estou acusando todos os Deputados, porque seria um abuso fazer isso. São muitos os Deputados sérios.

O Deputado Ermano Batista (Em aparte)* - Exatamente. V. Exa. sugere, então, que destinemos os recursos para esses conselhos de Estado.

Pois bem. Sugeriria a V. Exa., então, que abrisse o caminho e, a partir de amanhã, já tomasse a iniciativa de fazer a sua indicação, em vez de indicar recursos para associações de Teófilo Ottoni, Itaipé, Novo Cruzeiro, Ladainha, Poté. Ao indicá-los para essa entidade e abrir o caminho, iremos ver uma correlação entre as suas ações e as suas palavras. E pode estar certa de que exercerá uma grande influência, sendo bem provável que todos nós sigamos o seu caminho.

A Deputada Maria José Haueisen - A sua proposta é interessantíssima. Faço, agora, um compromisso com todos os senhores: o que passou, não irei mais levantar, mas, daqui para a frente, a primeira denúncia, falada ou escrita, que chegar aos meus ouvidos, em que houver indício de verdade - não denúncia falsa, nem telefonema anônimo -, mas onde houver o menor indício de verdade, entregarei para V. Exa., Corregedor desta Casa, e para o Ministério Público, porque sei que ao Corregedor e ao Ministério Público cabem as apurações devidas.

Eu já disse que tenho denúncias de dinheiro desviado, de cerca de R\$200.000,00 mandados para uma única entidade, para distribuição de cestas básicas em uma cidade pequena, e ninguém de lá sabe para onde foram as cestas. Daqui para a frente, vou assumir este compromisso. Haverá a primeira denúncia quando houver indício, e V. Exa. será a primeira pessoa a tomar conhecimento do fato.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - São duas as questões que gostaria de comentar. A primeira, esclarecer se o Deputado Ermano Batista está falando como Deputado ou como Corregedor da Casa, porque existe uma diferença fundamental.

O Deputado Ermano Batista (Em aparte)* - Como Deputado.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Então, está correto. Como Deputado, concordo e acho que tem todo o direito de entrar na discussão, mas não fazer pré julgamento.

Agora, caso queira investigar as verbas de subvenção ou mesmo as verbas que são distribuídas por indicação de Deputados através do PADEN, é só ver os casos das faculdades do Norte de Minas. Está evidenciado que erros existem. Basta apurar denúncia veiculada por jornais da Capital, que mostra claramente que seria impossível gastar todas aquelas verbas nas obras que estão sendo anunciadas, inclusive piscinas.

Outra coisa que sugiro são as fundações que recebem 100% das verbas de subvenção de um Deputado. São fundações que, muitas vezes, repassam essa para outras entidades, pois há legalidade no repasse. Sendo assim, a Corregedoria já tem duas pistas sérias de investigação: a da Faculdade do Norte de Minas e a das fundações que recebem 100% da verba de subvenção dos Deputados. Não há necessidade de crucificar V. Exa. pelo que afirmou. Tanto há problemas em verbas de subvenção que já houve Deputado cassado por esse motivo, sendo autorizado processo contra ele. Se isso fosse algo novo, extraordinário, que a nossa companheira estivesse denunciando, tudo bem, pois, pela primeira vez, a informação estaria vindo a Plenário. Além disso, quero registrar a forma elegante com que V. Exa. fez a denúncia, forma que lhe é peculiar.

O Deputado Ermano Batista (Em aparte)* - Se V. Exa. não está acusando todos os Deputados, naturalmente está acusando alguns. V. Exa. poderia, então, abrir o jogo, abrir o livro, citando, nominalmente, aqueles a quem a senhora quer acusar. Dessa forma, V. Exa. está conspurcando a imagem de todos os Deputados desta Casa. E, definindo quem é o irresponsável, quem é o canalha, V. Exa. estará salvando a imagem própria e a dos demais que não merecem esse título.

O Deputado Marcos Helênio (Em aparte)* - Queria pedir ao Corregedor da Casa que começasse a apurar as denúncias sobre a distribuição de verbas para a FUNORTE. Esse deve ser o primeiro passo desta Casa. Depois, devem-se investigar aqueles que foram indicados por estarem dando verbas para entidades comprarem cestas básicas ou para colocarem seus nomes em ambulâncias.

O Deputado Ermano Batista (Em aparte)* - Gostaria de solicitar do Deputado Marcos Helênio que formalizasse a sua denúncia. V. Exa. sabe que é preciso uma denúncia formalizada. Pediria à Deputada Maria José Haueisen que escrevesse o nome dos Deputados que ela tem consigo, assim como a representação de entidades. Com relação a esse episódio do Norte, não podemos nos basear em questões jornalísticas porque isso pode representar uma querela paroquial. Sendo assim, V. Exa., Deputado Marcos Helênio, por gentileza, formalize a denúncia, e esta Corregedoria terá o maior prazer em apurar e buscar, assim como o escafandrista nas profundezas da água, o diamante, iremos às profundezas

da alma buscar a verdade, pois esta Casa não pode sofrer conseqüências por procedimentos levanos. É preciso que haja denúncias sérias, consistentes, a fim de que possamos mostrar ao povo a maçã podre, se é que ela existe nesse cesto, e purificarmos o seu conteúdo. Nós, longe de censurarmos a Deputada Maria José, longe de censurarmos o Deputado Marcos Helênio, ou qualquer Deputado que trouxer qualquer denúncia, temos que elogiá-los, porque detectaram o problema, não quiseram ficar coniventes com o erro e denunciaram-no. Nós partiremos céleres na busca da solução e da verdade.

A Deputada Maria José Haueisen - Só para terminar, Sr. Presidente. Estão aí, Sr. Corregedor, propostas que V. Exa. tem que encaminhar. Para concluir, quero dizer: fui acusada de puritana. Não sou, não quero ser e tenho consciência de que jamais nem eu nem ninguém nesta Casa será Caminho, Verdade e Vida. Nós não temos essa pretensão. Nós todos temos a obrigação de ser luz do mundo, sal da terra e fermento no meio da massa. O meu papel é esse: como Deputada, legislar, fiscalizar e denunciar. Aí, tenho certeza de que estou sendo luz do mundo, sal da terra e fermento no meio da massa. Muito obrigada.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, (...)

A Deputada Maria José Haueisen (Em aparte) - Já que o Deputado Gilmar Machado me concede o aparte, agradeço e quero dizer para o Deputado Ermano Batista o seguinte: assumi, em público, aquele compromisso que, de agora para frente, qualquer denúncia será passada a V. Exa. Estou garantindo isso no microfone e...

O Deputado Ermano Batista (Em aparte)* - Então a senhora está passando um espanador no passado.

A Deputada Maria José Haueisen (Em aparte) - Não, não estou passando espanador. Avisei, outro dia, não estou querendo fugir da luta, Deputado, estou garantindo a minha palavra. Mais outra coisa: quero ser coerente, quero ser ética e honesta e entendo, ainda, que ser honesto não é só não roubar, mas é não deixar que roubem, não deixar que façam mal uso do patrimônio público.

V. Exa. será a primeira pessoa procurada nesta Casa assim que chegar às minhas mãos uma nova denúncia, com indícios, para que a verdade seja apurada.

O Deputado Ermano Batista (Em aparte)* - E eu agradecerei a V. Exa.

O Deputado Gilmar Machado - Não vou me pronunciar neste momento com relação a esse tema, porque o objetivo da minha presença na tribuna neste instante é para fazer a leitura de uma moção em apoio ao movimento dos professores, funcionários e estudantes das instituições federais de ensino de Minas Gerais e, ao mesmo tempo, convidar os Líderes desta Casa para que, daqui há pouco, dirijam-se ao Salão Nobre, na sala da Presidência, onde os representantes dos movimentos estão entregando um documento e fazendo as suas solicitações à Presidência da Assembléia.

Então, gostaria de passar neste instante à leitura da moção, que, posteriormente, estaremos colocando em votação. Posteriormente, também, o Presidente estará se deslocando, e convidamos os representantes das instituições para que se desloquem até o Salão Nobre, a fim de que o Presidente desta Casa, em nome do Poder Legislativo de Minas, receba os representantes e, ao mesmo tempo, manifeste a posição da instituição diante do movimento dos professores, servidores e estudantes das instituições federais de ensino. (- Lê:)

"Os professores das instituições federais de ensino superior encontram-se em greve em defesa da universidade pública, este inestimável patrimônio da Nação brasileira, responsável pela elaboração e pela transmissão da produção cultural e científica em todas as áreas do conhecimento.

Denunciam as políticas educacionais e econômicas que se têm pautado pelo desmonte dessas instituições, ameaçando a sua autonomia e o seu caráter público e, principalmente, se posicionam contrários à aviltante situação em que se encontram os seus servidores. Além do arrocho salarial a que estão submetidos, a Medida Provisória nº 1.616/16, que instituiu o Programa de Incentivo à Docência, em tramitação no Congresso Nacional, foi imposta à comunidade acadêmica sem consulta prévia, como têm sido, aliás, todas as ações governamentais referentes à educação, principalmente após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional.

É necessário ressaltar que a medida provisória, além de autoritária, retira recursos das pesquisas, diminuindo o número de bolsas e recursos para essas atividades, o que prejudica consideravelmente o projeto acadêmico que não dissocia ensino, pesquisa e extensão, ferindo todos os objetivos de qualidade em educação.

Além disso, a medida atinge apenas 25% dos profissionais de ensino superior que já estão há mais de três anos sem reajuste salarial, provocando relações desiguais e injustas dentro das instituições. A categoria reivindica, pois, 48,65% de reajuste salarial e a suspensão do Plano de Incentivo à Docência.

Sabemos que a importância desse movimento não reside apenas na justeza de suas reivindicações. Trata-se da primeira grande mobilização nacional em defesa da educação pública e de qualidade no País, desde que a nova legislação educacional entrou em vigor e permitiu que os governos tomassem uma série de medidas autoritárias e alheias aos setores envolvidos com a educação. Adota-se em nosso país uma política de governo de caráter privatista e excludente, submissa aos interesses do mercado, em detrimento das políticas educacionais necessárias à universalização da educação de qualidade enquanto um direito inalienável de todos os cidadãos".

Posteriormente, estaremos colocando esta moção em votação. Tenho a certeza de que os 77 Deputados desta Casa se posicionarão favoráveis a esse movimento justo que os servidores fazem.

Vamos conseguir abrir os olhos e a mente do Ministro da Educação, que simplesmente quer ignorar esse movimento. Mas temos certeza de que isso não vai ocorrer, porque os servidores, os estudantes e os professores saberão levar esse movimento ao conjunto da sociedade, que apóia o movimento. Tenho certeza de que os Deputados Estaduais estarão se solidarizando e oferecendo o empenho e o apoio desta Casa a esse movimento justo, para que, de fato, possamos ter uma educação de qualidade, uma universidade autônoma, que, acima de tudo, possa fazer o desenvolvimento pleno do ensino, da pesquisa e da extensão.

Vocês que aqui comparecem e que, posteriormente, estarão entregando esse documento, queremos parabenizá-los e manifestar a nossa solidariedade para que, de fato, possamos ter o resgate da educação neste país. Queremos convidar os líderes e a todos vocês para irmos ao Salão Nobre, a fim de ser feita a entrega oficial do documento ao Presidente da Assembléia, que, em nome do Poder, estará manifestando aquilo que a Assembléia Legislativa poderá fazer para apoiar efetivamente esse movimento justo que se realiza hoje, em Minas e no Brasil. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupantes das galerias, imprensa, meus senhores e minhas senhoras, três razões me trazem a esta tribuna. São duas comunicações, um questionamento e uma proposição em relação ao procedimento que esta Casa deve ter.

A primeira comunicação é que os Deputados estão recebendo um convite para participar, nos dias 27 e 28 de abril, da 2ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, que será realizada na Assembléia Legislativa de São Paulo, com a presença do Presidente da República, dos Presidentes do Congresso, da Câmara e do Senado, do Primeiro-Ministro de Quebec e de outras autoridades representativas da América do Norte e da América Latina. E o tema dessa conferência é de grande interesse para todos os parlamentares: "O poder de legislar dos Estados". Vamos procurar espaço para o legislar do parlamentar estadual. Trataremos também de "marketing" político, que é do interesse dos parlamentares, principalmente neste ano de eleições.

A segunda razão que me traz a esta tribuna é a formulação de um convite, que, aliás, já foi feito pelo Presidente Romeu Queiroz: que todos compareçam, hoje, à noite, à reunião

especial para homenagear o Cardeal D. Serafim Fernandes de Araújo. O Poder Executivo e a Câmara Municipal já prestaram a sua homenagem. Agora, esta Casa vai prestar a sua justa homenagem a D. Serafim Fernandes de Araújo, Cardeal Arcebispo de Belo Horizonte, a requerimento aprovado de nossa autoria. Sei que todos os parlamentares estarão presentes, como de costume.

Fica, também, o convite para todos os que estão nos assistindo pela televisão, todos os mineiros, diria até todos os brasileiros, de modo especial os belo-horizontinos, para estarem presentes nessa homenagem.

O terceiro assunto, Sr. Presidente, que me faz ocupar a tribuna é o direito à palavra que me foi negado ontem, à noite. Deixei por último esse episódio, para fazermos uma reflexão sobre o que aconteceu. O Deputado Geraldo Nascimento, presidindo os trabalhos, deu a palavra a alguns parlamentares - se não me engano, o Deputado Raul Lima Neto a usou duas vezes para justificar seu voto e alguma outra coisa. No momento em que eu e o Deputado João Leite pedimos a palavra, o Presidente fez que não ouviu e passou à frente, elevando a voz, impedindo que usássemos a palavra. Ao terminar as atividades do Plenário, fomos questioná-lo, perguntar por que não nos havia concedido a palavra, e ele simplesmente disse: "Me cansei". Usou outra palavra, que não vou usar agora. Achou que não devia. Fiquei pasmo, porque imagino que o Presidente tem o direito e o dever de conceder ou retirar a palavra de forma motivada. E a palavra foi pedida num momento motivado. Isso serviu para fechar o dia de espanto que eu estava vivendo.

Façamos uma reflexão sobre os acontecimentos de ontem, avaliando as possíveis incoerências, e começemos a buscar o caminho que possa, se não eliminar por definitivo, pelo menos minimizar acontecimentos como esse.

Vimos o Deputado Anderson Aداuto, como é seu direito, diria até mais, como é seu dever, usando a tribuna e lançando dúvidas sobre o processo de votação e apuração de votação da Mesa. Ele lança dúvidas, dizendo que, no passado, aconteceram coisas contrárias à legalidade, com a convivência da Mesa. Lança dúvidas também sobre os técnicos da Casa, que, a exemplo da Mesa, mudam e alteram como se a coisa fosse de qualquer jeito.

Isso me preocupou. Penso que é direito e, repito, dever do parlamentar fazer denúncias, porque somos responsáveis por legislar e fiscalizar. Mas é preciso, Sr. Presidente, que sejam definitivamente apurados esses fatos, porque, se forem verdadeiras as denúncias, há que se tomarem posições rigorosas para punir, coibir, impedir que fatos como esses possam vir a acontecer. Se forem infundadas as denúncias, que haja também um posicionamento da Mesa para punir e responsabilizar quem as fez. O que não podemos é fazer de conta que as coisas não aconteceram; que todas as denúncias feitas são mentirosas; não podemos prejulgar nada. O fato é que houve a denúncia, e ela precisa ser apurada. É o mínimo que cada um de nós deve exigir. Não podemos aceitar pacificamente, este parlamentar não aceita pacificamente ter ouvido as denúncias, fazer de conta que nada aconteceu e passar uma borracha em cima disso.

Acho que o parlamentar que assomou a esta tribuna tem o direito, tem o dever e fez o que devia, segundo a sua consciência. Agora, ele tem direito a que isso seja apurado, e nós, parlamentares, que, de uma forma ou de outra, estamos envolvidos, temos o direito e o dever de exigir que as apurações sejam feitas.

O Deputado Anderson Aداuto (Em aparte)* - Deputado, fui eu que subi à tribuna, ontem à noite.

O Deputado Miguel Martini* - Eu disse que foi V. Exa.

O Deputado Anderson Aداuto (Em aparte)*- Exato. Eu disse que, com relação às questões que o Deputado Adelmo levantou ontem, não queria entrar no mérito delas, ainda porque eu não tinha conhecimento pleno daquilo tudo que havia acontecido e queria tomar melhor conhecimento dos fatos. Apenas relembrei à Casa fatos acontecidos.

Constarei da tribuna - citei, inclusive, o Deputado Bilac Pinto - que o Deputado Bilac, num certo momento, acompanhava uma votação em que tinha interesse direto, uma votação que criava uma regional, essas famosas "capitanias hereditárias" que o Governador Eduardo Azeredo criou para poder fazer um cabide ainda maior de empregos. Talvez, até por isso, ele tenha se perdido no meio do caminho com tantos cargos que criou, e, assim, não está dando conta de pagar nem a última parcela do 13º salário. Relembrei esses fatos da tribuna e citei o Deputado Bilac Pinto apenas como um exemplo.

Citei também a mim mesmo em outro exemplo, e ficou público e notório que tive de subir a essa tribuna, anteriormente, para rasgar um envelope, onde dois companheiros, que eram escrutinadores, tinham marcado o meu voto.

Nunca senti interesse da Casa em, na verdade, ir a fundo e proibir isso. Isso é público e notório, faço questão que esta Casa vá até o fim, se quiser, da mesma forma que deveria ir fundo nas acusações, nas colocações, nos levantamentos que a Deputada Maria José Hauelsen fez. Acho que está chegando a hora de nos encontrarmos. Eu não corro um milímetro das palavras que utilizei nesta tribuna.

Fiquei extremamente magoado, Sr. Deputado, com os fatos que aconteceram. Não vejo com bons olhos quando, em determinadas votações importantes para o grupo que domina a Casa, ou para o Governo, são escolhidos a dedo os Deputados escrutinadores, exatamente para poderem manipular o resultado de votações secretas.

Gostaria que ninguém ficasse ofendido com isso que estou dizendo, porque não seria justo, não seria correto, não seria honesto, Sr. Deputado, exatamente porque não falei nenhuma coisa nova. Tenho certeza de que há muito Deputado que engole em seco aquilo a que assiste, de forma quieta. Eu apenas resolvi começar a falar. Se quiserem, podem ir adiantando, pois estou pronto a dar continuidade.

O Deputado Miguel Martini* - Deputado Anderson Aداuto, quero só deixar claro que não estou contra V. Exa. nem a favor de ninguém, estou exigindo, no que couber a mim, Deputado, até somando com V. Exa., que seja feita, de fato, a apuração. O que não pode é ficar no ar. No ar é que não pode ficar. Ou todos nós, parlamentares, tomamos um posicionamento para ir a fundo nessas denúncias, ou paramos de fazer denúncias levianas. A denúncia que a Deputada Maria José Hauelsen fez na Rede Globo de Televisão - eu não a vi, falei para mim, tenho até um pedido desta fita - tem que ser apurada rigorosamente, sim. Ou então temos de parar de fazer acusações que forem levianas. Acho que não dá para convivermos com essa realidade. Ou nós denunciemos e vamos apurar, apresentar os fatos e cobramos isso, ou então não falamos. O que não pode é o Poder Legislativo deste Estado ficar na dúvida na mente das pessoas, por acusações que não são verificadas ou que sejam infundadas. Eu não me conformo e não aceito isso.

O Deputado Arnaldo Penna (Em aparte)* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, gostaria de dizer que, antes de chegar a esta Casa, em alguns momentos, senti graves preocupações, até mesmo com o sistema democrático brasileiro. Parece ser de interesse de alguns denegrir esta instituição, para, talvez, alcançar objetivos inexplicáveis, inexistíveis ou incompreensíveis para este momento do País. E agora, aqui dentro, vejo companheiros lançarem contra esta Casa - e o fazem genericamente, e não particularizadamente - arguições as mais graves, arguições as mais severas, também pretendendo, quem sabe, alcançar objetivos inconfessáveis. Admita-se até que busquemos entender essas posições. Elas são, sobretudo, posições políticas; são, sobretudo, posições eleitoreiras; mas, evidentemente, não podemos concordar com essas acusações. Eu, Deputado Arnaldo Penna, não concordo definitivamente com essas acusações, não aceito que se lancem pechas genéricas contra esta Casa. Se quiserem fazer uma acusação pessoal contra alguém, que se faça essa acusação, mas que não se faça uma acusação generalizada.

Subscrovo as palavras de V. Exa. e também pretendo que aqui nesta Casa se façam as apurações das acusações levantadas tanto pelo Deputado Anderson Aداuto quanto pela Deputada Maria José Hauelsen. Há também o inverso dessa situação, que é o art. 62 do Regimento Interno, que determina punição ao Deputado que porventura faça acusações que não tenha condições de provar. Se ele não tiver condições de provar, que assuma a responsabilidade pelo seu ato, mas não venha denegrir a honra dos parlamentares desta Casa.

Agradeço a V. Exa. a oportunidade do aparte. Subscrovo suas palavras em defesa dos Deputados desta Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini* - Agradeço. Meu tempo já está encerrado, mas peço a paciência do Presidente para que eu conclua, dizendo que meu posicionamento, neste momento, é que cada um de nós, parlamentares, não descansa enquanto não tivermos o encaminhamento para uma solução dessas questões aqui levantadas.

Em segundo lugar, gostaria que a Mesa se reunisse e tomasse suas deliberações, suas diretrizes e, se possível, que reunisse os Líderes desta Casa de cada partido para discutir essas

questões, pois não podemos deixar isso no ar. Esse é o meu encaminhamento. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio (Em aparte)* - Sr. Presidente, foi solicitado por vários Deputados que formalizássemos as denúncias, colocando nome e sobrenome, o destino, etc. Parece que essa foi a posição do Deputado Arnaldo Penna e do Corregedor. Estamos concluindo a formalização, que será entregue hoje. É o início de um processo e poderão aparecer outros, mas esse será formalizado hoje.

* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Antes, a Presidência tem que informar que, tendo em vista as denúncias apresentadas ontem pelo Deputado Anderson Adauto, já determinou buscar as notas taquigráficas para avaliar as denúncias apresentadas e dizer que rigidamente tomará as providências que o caso requer, com a seriedade que esta Casa tem demonstrado ao longo do tempo.

O Deputado Raul Lima Neto* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para falar sobre o Dia Internacional das Águas, 25 de março, foi que me inscrevi para subir a esta tribuna. Entretanto, devido à gravidade dos assuntos aqui colocados, sinto-me na obrigação de, como membro deste tão importante corpo parlamentar, tecer alguns comentários sobre as denúncias aqui apresentadas pela Deputada Maria José Hauelsen. Sinto porque, como membro do corpo, entendo que, para que tenhamos uma Casa sábia, é necessário que todos os seus membros sejam curados. O que pode curar o membro do corpo doente é apenas o maior de todos os remédios: a palavra. A palavra, quando verdadeira, a palavra, quando apresentada como o foi o Verbo eterno, tem o poder de curar, de libertar e de salvar. Salvar a instituição, salvar o Estado, salvar o povo. Salvar o povo da má impressão, salvar o povo do mau juízo, salvar o povo dos maus políticos.

A subvenção social - e não quero entrar no mérito da questão de ser ou não lícito continuarmos a distribuí-la - foi o tema das afirmativas, das acusações da Deputada Maria José Hauelsen. Isso é grave. É grave, mas nós esperamos que tudo seja apurado, até porque acreditamos que, se temos fé na Palavra eterna e na misericórdia de Deus, cremos que nada há oculto que não venha a ser revelado no tempo devido.

Andar na luz é andar transparente. Disse-nos a companheira Maria José Hauelsen, e eu fiquei muito feliz com isso, que procura ser ou se julga ser luz no mundo. Foi Jesus quem disse isto: "Vós sois a luz do mundo, e brilhe a vossa luz diante dos homens de modo que eles vejam as vossas obras e glorifiquem ao Pai, que está nos céus". Evidentemente, nenhum companheiro, nenhum Deputado que tenha consciência de que nós vivemos debaixo do sol, mas observados por Deus, e que obedecemos, ainda que sem compreensão, infelizmente, por parte de muitos, a leis físicas estabelecidas por Deus.

Tudo o que se semeia se colhe. E se colhe mais do que se semeia, pois semeia-se um saco de feijão e colhem-se 30, 60 ou 100 sacos. Evidentemente, aquele que usa a subvenção social, que é um dinheiro para atender às dificuldades dos diversos segmentos do nosso povo, de um povo carente, da professora, da viúva, do órfão, do desamparado, do necessitado, para si próprio, desviando essa verba, ainda que em partes, para seu bolso, essa pessoa, aos olhos de Deus, é pior que um assaltante armado, porque essa pessoa lesa também a fé pública e vai pagar por isso. E pagará muito mais, evidentemente, pois espero que uma apuração acurada seja feita e que a nossa companheira, se sabe realmente, se tem convicção absoluta desses desvios, colabore dando os nomes, porque isso é importante.

Talvez até compreendamos que S. Exa., se não o faz, é porque espera o arrependimento. E o arrependimento pode mudar a direção do homem. Será que é isso? Andar na luz é andar transparente, é não fazer nada nas trevas. Esta Casa precisa ser transparente. É uma Casa que precisa estar com as suas obras expostas à luz, para que todos a observem, porque fomos colocados aqui para sermos observados, pois somos representantes daqueles que nos elegeram. Não creio que seria andar na luz aceitar qualquer acordo em trevas. Não creio que seria estar na luz trair a confiança daqueles que nos ouvem ou vender o nosso ideal, os nossos projetos ou as nossas defesas por qualquer tipo de acordo, ainda que seja o aumento da subvenção social, aplicada corretamente por muitos Deputados.

Mas, Srs. Deputados, crendo numa apuração certa, crendo em todos os Deputados - e é de interesse desta Casa e de todos os homens de bem que nada fique em trevas, mas que tudo seja manifestado -, termino aqui a minha palavra sobre esse assunto, até um momento apropriado. Entro, então, no assunto que me trouxe a esta tribuna.

Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras, no dia 25 do mês passado foi celebrado o Dia Internacional das Águas. Na época, tive a oportunidade de ir a Pirapora, a convite de alguns ambientalistas, de algumas ONGs e de alguns professores universitários, e descí de caiaque o nosso rio São Francisco. Quando descia as águas do rio São Francisco, que conheço tão bem porque nasci nas barrancas desse mais importante rio do nosso território nacional, que percorre a maior distância geográfica em nosso Estado e em nosso País, rio que já foi um manancial de vida, um manancial de alegria, de prazer e de lazer para toda a população brasileira, em especial, para a população barranqueira, senti uma tremenda dor e decepção. Isso se deu pelo fato de perceber que as trevas continuam imperando em nosso País. Treva, para mim, é aquilo que não é a luz, e o que não é a luz é aquilo que não é a verdade, e o que não é a verdade é aquilo que é falso. Ouvimos de nossas autoridades, em especial do Presidente da República e do Executivo Estadual, tantos pronunciamentos e tantas iniciativas no sentido de cuidar do nosso São Francisco, de nossos rios e de nossas nascentes. O programa SOS São Francisco atraiu não somente a atenção da imprensa, mas, especialmente e até mesmo, a do Poder Judiciário e do Ministério Público, que fez um congresso na cidade de São Francisco muito proveitoso.

Mas o que dói é encontrarmos um discurso e ações daqueles que fazem esse discurso contrárias à sua palavra.

Margeando o São Francisco, em Pirapora, percebemos o descaso, a vergonha, a sujeira e a podridão que são jogados no nosso São Francisco por aqueles que dizem defendê-lo, mas que não somente permitem como até ajudam os empresários que estão às margens daquele rio, lançando nele detritos, como fazem a Antártica e as fábricas de metais e de alumínio. Muito esgoto tem sido lançado no São Francisco.

Paramos em cada local do São Francisco em que se descarregavam os detritos industriais, locais dos mais venenosos e poluentes. Ali estavam a Polícia Florestal, alguns representantes do IBAMA e de pessoas que são as maiores defensoras do meio ambiente no Estado de Minas Gerais. Todos ficamos não somente tristes mas, também, envergonhados com essa situação. Por quê? Porque sabemos que na opinião pública internacional, o nosso País é classificado como de Terceiro Mundo, e o nosso povo é considerado desonesto. Essa é a visão dos que chegam do exterior e observam o descaso que temos para com os nossos rios em plena mudança do segundo milênio. Não é possível ouvir mais pronunciamentos por parte do Poder Executivo defendendo as nossas águas e assistir à permissão e ao incentivo que se dá às empresas desses devastadores que estão acabando com o nosso meio ambiente e com a nossa Terra.

Srs. Deputados, a Terra é um organismo vivo, e fazemos parte dela. O que nos diferencia de todos os seres que estão sobre a Terra é que temos uma alma vidente feita à imagem e semelhança de Deus. E alguns têm o espírito de Deus. Mas em tudo somos iguais a todo ser que se move sobre este planeta, porque o nosso corpo é formado pelos mesmos elementos da Terra. O espírito que paira sobre o nosso Estado e sobre o nosso País, sem dúvida, retribui ao povo o tratamento que o povo dá ao ambiente que Deus deu ao povo.

Chega, senhores. São necessárias medidas mais fortes, convincentes, claras, verossímeis e na luz, porque se as nossas palavras não forem precedidas pelas nossas obras, pela nossa ação e pela nossa vida, elas não terão poder. Pelo contrário, elas tiram a fé e desiludem aqueles que a ouvem.

Dessa tribuna, faço um clamor a todos aqueles que nos estão ouvindo e, especialmente, aos Deputados, para que juntos possamos pressionar as autoridades no sentido de executar os projetos para despoluir as nossas águas, os nossos rios, o nosso verde e o nosso meio ambiente. Muitos projetos estão aí, e alguns estão sendo intensamente divulgados pela imprensa.

Srs. Deputados, concluindo a minha palavra, quero citar uma frase que sempre digo: "A Justiça exalta as nações, mas a corrupção é a poluição dos povos". Pelo estado em que se encontra o rio e no qual podemos observar a poluição e as nossas águas limpas e o nosso verde cuidado, conservado, nos dão condição de discernir o caráter do povo que habita aquela região.

Essas palavras não são minhas, mas estão na Bíblia Sagrada, são palavras já pronunciadas por políticos, na antiguidade, como São Francisco Xavier, e não falo desse, mas falo do verdadeiro, que, seguindo os padrões éticos, morais e ambientais daquele que o fez, tornou-se para nós um exemplo, e foi quem disse: "Pela condição das águas, pela condição de um país, pela condição do cuidado, se define também o caráter do seu povo".

Terminamos, Sr. Presidente, com um clamor Àquele que pode iluminar os nossos corações para que andemos em luz, para que tenhamos um saneamento total e um cuidado total com o nosso ambiente e com o nosso caráter. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público das galerias, venho a esta tribuna para comunicar aos nobres companheiros que estivemos em Montes Claros nesta terça-feira, dia 31 de março, a convite do Presidente da Confederação Nacional do Transporte e do Conselho Nacional do SEST-SENAT, Dr. Clésio Andrade, e do Sr. Valdemar Araújo, para a solenidade de inauguração do Centro Assistencial e Profissional do Trabalhador em Transporte, naquela cidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o SEST-SENAT foi criado pela Lei Federal nº 8.706, de 14/9/93, com o fim de atuar, em cooperação com os órgãos do poder público e com a iniciativa privada, de forma a promover o trabalhador em transporte rodoviário. O SEST desenvolve trabalho voltado para a assistência à saúde, a cultura, o lazer e a segurança no trabalho; o SENAT, para a aprendizagem do trabalhador rodoviário, incluindo a preparação, o treinamento, o aperfeiçoamento e a formação profissional.

A Lei nº 8.706, sancionada pelo Presidente Itamar Franco, trouxe inovações importantes e deu atenção especial ao transportador rodoviário, incluindo o transportador autônomo.

Nós sabemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o sofrimento enfrentado pelo transportador rodoviário. É ele quem enfrenta os perigos das estradas, os desafios da noite maldormida, sendo superior ao tempo, pois faça chuva ou faça sol, está ali na luta diária, transportando as nossas riquezas, às vezes em troca apenas o pão nosso de cada dia.

Mas o SEST-SENAT teria sido apenas mais uma lei, caso não estivesse à sua frente homens como o Dr. Clésio Andrade e o Sr. Valdemar Araújo, que, com os seus ânimos diários, com as suas capacidades de luta, com dinamismo e muita iniciativa, têm funcionado como a verdadeira mola que impulsiona esta complexa engrenagem.

Quero, portanto, parabenizar o Dr. Clésio Andrade e o Sr. Valdemar Araújo pelo brilhante trabalho que vêm fazendo em prol dos transportadores rodoviários. As instalações do SEST-SENAT são modernas, com completa infra-estrutura, o que demonstra a probidade daquela diretoria. Parabéns, Dr. Clésio Andrade, parabéns, Sr. Valdemar Araújo, parabéns, membros da Confederação Nacional do Transporte e do Conselho Nacional do SEST-SENAT. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero anunciar a grande perda que tivemos na cidade de Montes Claros, com o falecimento ocorrido hoje, pela manhã, do Dr. Hélio Alcântara, pessoa de muita visão e com grande capacidade empresarial. Portanto, queremos manifestar o nosso voto de pesar àquela família enlutada. Muito obrigado.

127ª REUNIÃO DE DEBATES

Discurso Proferido em 6/4/98

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a cidade de São João del-Rei vai estar celebrando, a partir do próximo 12 de abril, o centenário de nascimento do maestro Telêmaco Victor Neves. O Deputado Baldonado Napoleão, que por sua atuação nesta Casa tanto honrou e dignificou o Estado de Minas, pede-me que registre, em seu nome, o discurso que agora vou proferir, dando ciência a todos desse evento que ocorre na cidade de São João del-Rei. O Deputado Baldonado Napoleão honra-me com essa delegação de falar em seu nome já que não pôde ocupar esta tribuna, porque, com o retorno do Deputado Mauro Lobo, teve que deixar o nosso convívio. Tenho certeza de que sua ausência será por pouco tempo porque, por seus méritos, por sua virtude, seu extremado amor a Minas e à causa pública, ele estará convivendo nesta Assembléia a partir do próximo ano, pois é novamente candidato. Faço da minha voz, portanto, a voz do Deputado Baldonado Napoleão, que me pede o registro do seguinte discurso: (- Lê:)

"A cidade mineira de São João del-Rei está celebrando, no próximo dia 12 de abril, Domingo de Páscoa, o centenário de nascimento do maestro Telêmaco Victor Neves. Essa celebração merece ultrapassar as fronteiras do município e do Estado de Minas, por estar sendo reverenciada personalidade que representa um dos exemplos mais significativos de mestre de música dentro da melhor tradição brasileira: músico que aliava as atividades de compositor, de regente e de professor e que, por tudo isso, era também figura de destaque no conjunto da vida da sociedade. Como no passado, o mestre era o responsável pela renovação do repertório - renovação que era, por si mesma, a primeira garantia de sobrevivência do fato cultural, que não se mostrava de forma cristalizada, mas era fato dinâmico, em contínua atualização - ele era também o líder do grupo - cuidando de sua coesão e da qualidade do produto artístico, no desempenho da função de regente da orquestra; e era, enfim, o principal responsável pela preservação da própria corporação de músicos, na medida em que dele dependia, permanentemente, a formação de novos músicos, em época em que inexistiam ainda as estruturas formais de ensino musical: os conservatórios e as escolas de música. Através da ação pedagógica do mestre, dava-se a transmissão do conhecimento musical, que, é preciso que se diga, não estava restrita a informações de cunho técnico, mas envolvia todas as relações de música com sua prática social, em suas relações com a liturgia católica e com os rituais cultivados pela sociedade.

Nascido a 12/4/1898, o Maestro Telêmaco Victor Neves descende da mesma árvore frondosa que tem como ramo o Presidente Tancredo Neves. Entre os oito filhos do comendador José Antônio das Neves, nascido nos Açores, filho de Braz Ferreira das Neves e Maria Josepha do Coração de Jesus, falecido em São João del-Rei, em 1862, e de Anna Luíza de Lacerda (falecida em 1856, e filha do Capitão Leonardo João Chaves e de Leonarda Luíza de Lacerda), estavam Juvêncio Martiniano e Arcádio Bernardino. Juvêncio Martiniano teve nove filhos, e o primogênito foi José Juvêncio, pai de Francisco de Paula (e de mais quatro filhos), que foi o pai do Presidente Tancredo Neves. O primeiro dos filhos de Arcádio Bernardino foi Antônio Bernardino, pai do maestro Telêmaco Neves. Desse modo, o maestro era primo do pai do Presidente.

Arcádio Bernardino das Neves faleceu em São João del-Rei, em 1896, e de seu casamento com Joanna Baptista de Jesus Teixeira, nasceu, em 1860, Antônio Bernardino, pai do Maestro, e seu modelo em duas atividades importantes: na escolha profissional, como oficial de sapateiro, e na vocação artística, como músico (trombonista) da orquestra Ribeiro Bastos.

Casando-se com Maria Silvéria do Nascimento, Antônio Bernardino foi pai de quatro filhos, dois dos quais - Altamiro e Marcondes - seriam nomes de destaque no movimento teatral da cidade, como co-fundadores e autores do Clube Teatral Artur Azevedo. Ficando viúvo, Antônio Bernardino casou-se em segundas núpcias com Eugênia Malaquias da Cunha (nascida em 1880 e falecida em 1958). Com ela, teve apenas um filho mais, o maestro Telêmaco Neves. O nome da mãe do músico aparece escrito em um documento militar como Eugênia Maria da Conceição, não tendo sido possível descobrir a razão dessa modificação.

A determinação das características físicas do maestro aparecem em importante documento militar datado de julho de 1940, quando o Brasil estava em pleno esforço de guerra. Um certificado de reservista que convoca os inscritos a se apresentarem no dia D descreve o músico como sendo de cor branca, cabelo preto, olhos castanhos, rosto redondo, nariz médio, boca grande e 1.68m de altura.

Antônio Bernardino faleceu aos 50 anos, em 1910, deixando seu último filho criança. A viúva entendeu que tinha que encaminhá-lo imediatamente para a atividade profissional e colocou-o como aprendiz em oficina de sapateiro. Desde então, coube a Telêmaco prover ao sustento de sua mãe, que nunca teve atividade profissional. E ele vai galgando os degraus da profissão, passando de aprendiz a oficial, indo atuar na principal sapataria da cidade, que era propriedade da família Dilascio. Não se conhece o percurso profissional do jovem sapateiro, antes da Casa Dilascio. Uma carteira profissional da década de 30 dá conta de que Telêmaco Neves trabalhou na Casa Dilascio por exatos 20 anos, de junho de 1921 a abril de 1941.

Em janeiro de 1924, Telêmaco casa-se com a professora Margarida Alacoque Moreira, filha de Paulo Menezes Moreira e Maria Eugênia de Jesus. A biografia de seu sogro estava marcada por dado que Telêmaco certamente desconhecia e que traz a assinatura do artista que o maestro mais admirou, o compositor oitocentista padre José Maria Xavier. Foi precisamente este quem realizou uma cerimônia simples de batismo, porque a criança estava em perigo de morte e, mais tarde, como era o costume, supriu as orações e cerimônias do sacramento do Batismo", assinando o registro de batismo.

É de punho de Margarida Alacoque uma única anotação sobre a formação musical do maestro Telêmaco. Segundo ela, ele fez os primeiros estudos com o Prof. Japhet Maria da Conceição. Pode-se entender isso como indicação de que o grande violinista, discípulo do mestre Maximiliano Ribeiro Bastos, poderia ter feito a iniciação do jovem discípulo, que foi certamente depois encaminhado às mãos do próprio Martiniano. Esta certeza se firma em depoimentos de músicos como Emilio Viegas e Carmélio de Assis Pereira, que foram ambos discípulos do maestro Martiniano ao mesmo tempo que Telêmaco. E quando faleceu Martiniano, em 1912, Telêmaco era um adolescente perfeitamente e introduzido nas

grandes questões da música e imbuído do desejo de manter viva a tradição que Martiniano Ribeiro Bastos tinha recebido do mestre Francisco José das Chagas (falecido em 1860), que, por sua vez, era elo de cadeia que vinha desde meados do século XVIII.

O citado relato de sua esposa, infelizmente não datado, dá conta de informações que aparecem em outras fontes como o fato de ter trabalhado como músico do cinema mudo, de ter atuado como excelente trombonista (depois também violinista) na Orquestra Ribeiro Bastos; de ter participado da Sociedade de Concertos sinfônicos. Não são muitos os registros relativos ao tempo do cinema mudo, quase todos oriundos de relatos de velhos músicos. Não aparece aqui menção ao tempo de músico do Clube Teatral Artur Azevedo, onde atuavam como atores seus irmãos mais velhos Altamiro e Marcondes, Nequinha Guerra, que foi o principal líder desse clube, responsável pelo que de melhor ocorreu no movimento teatral sanjoanense da primeira metade do século XX, deixou pequena história do teatro, da música, do circo e das variedades na região, na qual menciona não apenas as atividades de instrumentista de Telêmaco, mas, também, suas atividades de compositor e de regente de música para o teatro, tendo composto a música de operetas e revistas encenadas pelo Clube Teatral Artur Azevedo. O citado comentário da esposa de Telêmaco sobre suas atividades diz também que todo seu tempo disponível era empregado em preparar elementos para a Orquestra Ribeiro Bastos e instrumentar músicas para melhor disciplina. Aí estão registradas as ações de professor dedicado e competente, assim como a de músico atento às necessidades de renovação do repertório da corporação. Um exame do acervo de manuscritos da Orquestra Ribeiro Bastos (assim como de outros arquivos mineiros) mostra enorme quantidade de obras antigas recopiadas pelo maestro, assim como de adaptações de músicas, para atender às disponibilidades de instrumentistas em momentos específicos da vida do grupo.

Até pelo menos 1941, Telêmaco atuou como oficial de sapateiro. Não deve ter sido reconhecido como mestre de sapateiro, porque, para isso, teria que ter oficina própria, na qual recebesse aprendizes, que seriam formados oficiais. Assim, o verdadeiro mestre sapateiro era o proprietário da sapataria para a qual ele trabalhava como oficial. É provável que a grande mudança em sua vida profissional tenha sido iniciada naquele ano, mudança esta que se oficializaria apenas a 31/7/42, quando o Prefeito Antônio das Chagas Viegas, "verificando que foram preenchidas as formalidades legais, concede ao cidadão Telêmaco Victor Neves o presente título de Bibliotecário Efetivo da Prefeitura Municipal de São João del-Rei". Desde então, e até seu falecimento em 1950, a vida do maestro estará dividida entre os coros das igrejas coloniais, onde a Orquestra Ribeiro Bastos tocava, e a Biblioteca Municipal, com sua importante acervo de publicações.

Em 1940 ocorre também a sucessão oficial na Orquestra Ribeiro Bastos. Desde o falecimento de Martiniano Ribeiro Bastos, tinha cabido a João Pequeno a liderança da corporação. Telêmaco era um de seus colaboradores mais fiéis, e, em razão disso, pouco a pouco vai dividindo, a pedido do músico mais velho, as responsabilidades e a direção do grupo na regência de festividades religiosas importantes. Em 1940, enfim, dá-se a passagem, com o afastamento de João Pequeno, assumindo Telêmaco Neves a função de diretor da corporação e de seu maestro. Na função de diretor daquela corporação musical, Telêmaco formou muitas dezenas de músicos, que iriam suprir as necessidades da música sanjoanense durante as décadas seguintes. E ele foi também o responsável pela reestruturação formal da corporação musical setecentista, fazendo aprovar os primeiros estatutos modernos do grupo, que passa a funcionar como associação civil. Telêmaco Neves entendeu logo que a velha corporação precisaria de espaço próprio de funcionamento. Até então, nenhuma das velhas corporações musicais tinha sede própria. Os ensaios eram feitos nos próprios coros das igrejas, e os acervos de manuscritos eram conservados nas residências dos diretores de cada grupo. Isso fez com que a dispersão de coleções de manuscritos fosse muito mais frequente, uma vez que, com o falecimento de antigos maestros, nem sempre suas famílias tinham o cuidado de encaminhar a totalidade da documentação musical a seus sucessores. A história da sede própria da Orquestra, que hoje assegura espaço de ensaio, de aula e de arquivos, está registrada minuciosamente: o terreno situado na Rua Santo Antônio foi comprado em novembro de 1947; a sala de ensaios foi inaugurada a 22/11/48, dia de Santa Cecília; a finalização das obras foi feita em junho de 1949, com a presença do ilustre compositor francês Fernand Jouteux; e a inauguração definitiva e a bênção do prédio só ocorreram quase dois anos após o falecimento do maestro Telêmaco Neves, na Páscoa de 1952.

O falecimento do maestro também está registrado nos anais da cidade. Vítima de "ictus apoplético", um acidente vascular cerebral que o manteve doente por apenas uma semana, o maestro Telêmaco Neves veio a falecer no dia de São João, a 24/6/50. A seu sepultamento compareceram todos os sacerdotes e todas as irmandades religiosas da cidade, vestidas com seus hábitos e suas opas, e o cortejo foi acompanhado por banda de música, ocorrendo a solene encomendação fúnebre na Igreja do Rosário, antes do sepultamento, no cemitério da mesma irmandade.

Todos os depoimentos de contemporâneos do maestro Telêmaco Neves dão conta de sua extraordinária dedicação à música sacra, dentro da tradição setecentista e oitocentista, mas sobretudo à sua fé religiosa. Católico convicto e praticante, o maestro não teve a alegria de assistir à primeira missa de seu filho primogênito, que foi ordenado Padre Dominicano no Convento de Saint-Maximim, na França, apenas quinze dias após o seu falecimento. E ele não poderia sequer imaginar que esse seu filho seria, 17 anos depois, Bispo auxiliar de São Paulo e, um pouco mais tarde, Cardeal Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil.

Menos imprevisível foi a sucessão dentro da vida musical sanjoanense. Como o próprio maestro tinha seguido os passos de seu pai, Antônio Bernardino, tornando-se trombonista na Orquestra Ribeiro Bastos, alguns de seus filhos o seguiram como músicos da mesma orquestra. E hoje, quase 50 anos depois de sua morte, são a maestrina Maria Stella Neves Valle e o maestro José Maria Neves os responsáveis pela manutenção e pela guarda das tradições que ele soube preservar em seu tempo e são eles que, ainda agora, estão à frente da Orquestra Ribeiro Bastos, nas tradicionais cerimônias da Semana Santa de São João del-Rei."

Esse é o discurso que queria proferir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do Deputado brilhante e atuante que nos deixou para retornar em breve, Baldonado Napoleão.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/3/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97; e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.160, de 1995, e 1.410, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Alberto Pinto Coelho

nomeando Adilson Sousa Ribeiro para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39.

Gabinete do Deputado Ermano Batista

nomeando Deusdedit Inácio Pereira para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

Dispensa de Licitação nº 8/98

Em 6/4/98, o Sr. Presidente autorizou, com base no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666, de 1993, a renovação do seguro da aeronave Embraer-EMB 121-Xingu, junto à BEMGE Seguradora S.A., pelo valor de R\$20.674,52.

Extrato de Convênio

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 03009 - Valor: R\$20.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Alfredo Vasconcelos - Alfredo Vasconcelos.

Deputado: Sebastiao Helvecio.

Convênio N° 03021 - Valor: R\$8.462,30.

Entidade: Conselho Particular SSVp - Pocos Caldas - Pocos Caldas.

Deputado: Sebastiao Navarro Vieira.

Convênio N° 03022 - Valor: R\$3.700,00.

Entidade: Fundacao Espirita Rodolpho Henriques - Manhuacu.

Deputado: Jorge Hannas.

Convênio N° 03023 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Conferencia Vicentina Nossa Sra. Conceicao - Belo Vale.

Deputado: Jorge Hannas.

Convênio N° 03024 - Valor: R\$5.978,40.

Entidade: Associacao Comun. Cachoeira Livramento - Abre Campo.

Deputado: Sebastiao Costa.

Convênio N° 03025 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Casa Crianca Mirai - Mirai.

Deputado: Tarcisio Henriques.

Convênio N° 03026 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Conselho Desenv. Comun. Furado Grande - Sao Francisco.

Deputado: Jose Braga.

Convênio N° 03027 - Valor: R\$5.701,70.

Entidade: Associacao Comun. Formosa Alto Tamarindo - Manga.

Deputado: Mauro Lobo.

Convênio N° 03027 - Valor: R\$1.298,30.

Entidade: Associacao Comun. Formosa Alto Tamarindo - Manga.

Deputado: Mauro Lobo.

Convênio N° 03028 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Servico Obras Sociais - Brasilia Minas - Brasilia Minas.

Deputado: Jose Braga.

Convênio N° 03029 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Bairro Sao Luiz - Carmo Cajuru.

Deputado: Marcelo Goncalves.

Convênio N° 03030 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Fundacao Apoio Comunitario - Varginha.

Deputado: Dilzon Melo.